



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

LÍLIAN GABRIELA PONTES ROLIM

**PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA PROPOSTA DO
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS SEGURADOS
PARA DIRECIONAMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Maceió - AL

2022

LÍLIAN GABRIELA PONTES ROLIM

**PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA PROPOSTA DO
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS SEGURADOS
PARA DIRECIONAMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (Profiap) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Nicholas Joseph Tavares da Cruz

Co-orientador: Anderson de Barros Dantas

Maceió-AL

2022

RESUMO

Através do programa, muitos trabalhadores acometidos por doenças ou acidentes de trabalho têm a possibilidade de adaptação ou readaptação profissional. Diante do cenário atual, que apresenta altas taxas de desemprego para pessoas com deficiência, ofertar cursos direcionados para o fomento do empreendedorismo pode ser uma alternativa à geração de renda desse grupo. O objetivo da pesquisa foi identificar o potencial empreendedor entre os segurados do INSS, através de um instrumento de sistematização, para identificação daqueles segurados que têm perfil para ser encaminhado para cursos de gestão e empreendedorismo. O estudo tem caráter descritivo, quanto aos objetivos gerais, e possui uma abordagem mista: qualitativa e quantitativa. Os resultados do modelo de equações estruturais indicam que as dimensões Auto-eficaz, Planejador, Detecta oportunidades, Inovador e Líder possuem relação positiva e significativa com o perfil empreendedor na amostra estudada. Além disso, o estudo também identificou que a dimensão “detecta oportunidades” foi a que obteve as menores pontuações, sugerindo que deve ser a dimensão que requer maior atenção nos cursos ofertados.

Palavras-chaves: Programa de reabilitação Profissional, empreendedorismo, perfil empreendedor.

ABSTRACT

The current context of worker health in Brazil, according to Aguiar and Vasconcellos (2015), shows a worsening in the epidemiological rates of accidents and illnesses at work. In this way, the actions of the INSS Professional Rehabilitation Program (PRP) become even more important, as through the program, many workers affected by illnesses or accidents at work have the possibility of professional adaptation or readaptation. Given this scenario, which presents high unemployment rates for people with disabilities, offering courses aimed at promoting entrepreneurship can be an alternative to generating income for this group. The objective of the research was to identify the entrepreneurial potential among INSS policyholders, through a systematization instrument, to identify those policyholders who have the profile to be sent to management and entrepreneurship courses. The study is descriptive in terms of general objectives, and has a mixed approach: qualitative and quantitative. Through structural equation modeling, it was possible to evaluate, among the entrepreneurial dimensions studied, those with a positive and statistically significant relationship relative to the entrepreneurial profile.

Keywords: Professional rehabilitation program, entrepreneurship, entrepreneurial profile.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Características atitudinais do empreendedor

QUADRO 2 - Modelo de competências empreendedoras

QUADRO 3 - Questionário perfil empreendedor

QUADRO 4 - Instrumento de medição do perfil empreendedor

QUADRO 5 - Média das dimensões aceitas pelo modelo de medição

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Perfil respondentes

TABELA 2 - Percentual de respondentes e estatística descritiva

TABELA 3 - Cargas fatoriais

TABELA 4 - Resultados do modelo de ajuste

TABELA 5 - Resumos dos resultados da MEE

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Modelo estrutural de pesquisa

FIGURA 2 - Projeto Singular da Reabilitação Profissional

FIGURA 3 - Coeficiente de caminhos do modelo estrutural final

FIGURA 4 - Folha 1 do formulário Projeto Singular da Reabilitação Profissional.

FIGURA 5 - Folha 2 do formulário Projeto Singular da Reabilitação Profissional.

FIGURA 6 - Processo decisório para encaminhamento dos cursos pelos profissionais de referência da reabilitação profissional.

FIGURA 7 - Formulário de Medição do Perfil Empreendedor dos Segurados da Reabilitação Profissional do INSS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS - Agência da Previdência Social

AVE - Análise de Variância Extraída

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

GEM - Global Emtempreneurship Monitor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MEI - Micro Empreendedor Individual

OMS - Organização Mundial da Saúde

PNSTT - Política Nacional de Saúde do Trabalhador

PRP - Programa de Reabilitação Profissional

RP - Reabilitação profissional

RPS - Regulamento da Previdência Social

ST - Saúde do Trabalhador

SUS - Sistema Único de Saúde

PSRP - Projeto Singular da Reabilitação Profissional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Contextualização.....	11
1.2. Pergunta de pesquisa.....	14
1.3. Objetivo geral.....	14
1.4. Objetivos específicos.....	15
1.5. Justificativa.....	15
1.6. Estrutura Dissertação.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. Empreendedorismo.....	18
2.2. Perfil Empreendedor.....	20
2.3. Saúde do trabalhador	24
2.4. Programa de Reabilitação Profissional	27
3. METODOLOGIA.....	34
3.1. Caracterização do estudo.....	34
3.1.1. Local de estudo.....	34
3.1.2. Sujeitos da pesquisa.....	35
3.1.3. Instrumento de coleta de dados.....	36
3.1.4. Análise de dados.....	37
3.1.5. Procedimentos para revisão de literatura.....	39
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
4.1. Caracterização Reabilitação Profissional INSS.....	43
4.2. Regra de encaminhamento atual dos segurados reabilitação profissional INSS	44

4.3. Caracterização do perfil dos respondentes.....	46
4.4. Análise estatística descritiva dos construtos.....	48
4.5. Resultados do modelo de medição.....	51
4.5.1 Resultados do modelo estrutural e discussões.....	52
4.6. Proposta de regra de direcionamento aos reabilitandos da reabilitação profissional do INSS	56
4.7. Instrumento de identificação dos reabilitandos com perfil empreendedor (PTT).....	60
4.8. Dimensões empreendedoras que devem ser melhor trabalhadas nos segurados, por meio dos cursos profissionalizantes ofertados.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
6. REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Aguiar e Vasconcellos (2015) afirmam que o cenário atual brasileiro, na área de saúde do trabalhador, revela um agravamento no quadro de acidentes e doenças do trabalho. Ao estudar o campo da ST, os autores definem os indicadores epidemiológicos de acidentes e doenças do trabalho como alarmantes. Nesse contexto, as ações do Programa de Reabilitação Profissional do INSS tornam-se ainda mais importantes pois, através do programa, os trabalhadores acometidos por doenças têm a oportunidade de adaptação ou readaptação profissional, possibilitando a reinserção no mercado de trabalho.

De acordo com Ranieri (2008), Marx em 1934, em seu texto “Manuscrito Econômico Filosófico”, traduzido pelo autor, define o trabalho como um fator constituinte do ser humano, a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho traz maior dignidade ao sujeito que volta a ser produtivo para si mesmo, suas respectivas famílias e para a sociedade em geral. Dessa forma, há também uma diminuição nos custos do Sistema Previdenciário por benefícios precoces.

Com a finalidade de proporcionar de maneira efetiva a reinserção no mercado de trabalho, a legislação vigente, lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, prevê que empresas com 100 ou mais trabalhadores empregados preencham parte de seus cargos (2% a 5%) com pessoas com deficiência ou reabilitadas. (Brasil, 1991)

Segundo os dados do IBGE (2019), a taxa de participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é significativamente inferior em relação às pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência. De acordo com o instituto, a taxa de pessoas deficientes que participam do mercado de trabalho

representa menos da metade da taxa de participação das não deficientes. Apenas 28,3% dos deficientes estão atuando profissionalmente, em contrapartida, 66,3% da população sem deficiência estão inseridas no mercado de trabalho.

No Brasil, segundo os relatórios do GEM (Global Entrepreneurship Monitor) 2019, a taxa de empreendedorismo por necessidade tem superado a taxa de empreendedorismo por oportunidade. Devido a esses números, alguns estudiosos analisaram a relação entre o empreendedorismo e o desemprego, avaliando se o desemprego impulsiona o empreendedorismo, gerando assim um alto índice de empreendedores por necessidade. Em seu estudo, Ramos et al. (2020) relaciona essas duas variáveis, chegando a conclusão que o desemprego tem uma influência expressiva no empreendedorismo, onde este surge como alternativa de trabalho. Corroborando com o estudo de Ramos et al., Godim, Rosa e Pimenta (2017) afirmam que após as mudanças no cenário político e econômico do país, ocasionadas pela crise internacional do petróleo, crise política, além dos danos gerados pelas investigações da operação Lava Jato, observou-se um aumento no nível de desemprego e aumento na popularização do MEI. Através de regressões lineares os autores afirmam que existe uma relação significativa entre desemprego e empreendedorismo. Segundo os autores, o MEI passou a ser uma alternativa para muitos trabalhadores que ficaram desempregados e que necessitavam buscar uma solução para geração de renda para o sustento de suas famílias.

O ano de 2020 foi um grande marco de mudanças sociais e econômicas promovidas pelo Covid-19 (SILVA et al, 2022). O impacto econômico da COVID-19 no mundo tornou-se perceptível a partir da intensificação de medidas restritivas que foram adotadas por diversos países que tiveram que se submeter a uma série de bloqueios rígidos que interromperam as cadeias de produção industrial em escala global (SILVA, GARCIA E CABRAL, 2022). Segundo estes autores, estas medidas levaram ao fechamento de grandes, médias e pequenas empresas e conseqüentemente a perda de emprego e fonte de renda por parte da população. Em contrapartida, o número de MEI's abertos durante a pandemia, de acordo com os dados do Mapa de Empresas, do Ministério da Economia, no ano de 2020, cresceu 8,7% com relação ao ano anterior.

O Programa de Reabilitação Profissional do INSS (PRP) prepara o reabilitando para a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, na sua área de origem ou em diversas áreas em que ofertam cursos profissionalizantes. Diante do cenário atual do mercado, com altas taxas de desemprego, em especial para pessoas que possuem deficiência, uma gama de cursos direcionados para o fomento do empreendedorismo pode ser ofertada pelo PRP como alternativa à geração de renda do reabilitando vinculado ao programa, desenvolvendo, desta forma, as características empreendedoras desses profissionais, possibilitando que empreendam por oportunidade e tenham maiores chances de sucesso em seus negócios .

Ramos e Krakauer (2018) afirmam que o país passa por um momento de grande desigualdade social e alto índice de desemprego, sendo assim, empreender passou a ser uma opção para muitos brasileiros. Segundo Arruda (2021), com o passar dos séculos a desigualdade social brasileira está aumentando. Atualmente 90% da riqueza do país está nas mãos de 10% da população, o que leva ao aumento da desigualdade social. Em concordância com Ramos e Krakauer (2018) e Arruda (2021), Campos e Barbosa (2021) apontam que o nível de desemprego no Brasil não é somente uma consequência do cenário econômico atual do país, mas, no entendimento dos especialistas, a reforma trabalhista está colaborando para que a taxa de desemprego não diminua, o que tem levado o cidadão a buscar uma forma independente na manutenção de sua subsistência.

Contudo, são poucas as iniciativas e ações para fomento do empreendedorismo entre pessoas com deficiências, visto o elevado número de pessoas que compõem este grupo.

Segundo Santos, Macedo e Oliveira (2020) o Brasil tem destaque na proteção dos direitos da pessoa com deficiência. De acordo com os autores, apesar das iniciativas para essa população, poucos deficientes estão inseridos no mercado de trabalho, seja pela ausência de cargos que condizem com as necessidades ao acesso dos deficientes ou pela falta de qualificação profissional.

Nesse sentido, em reunião com parte da equipe da APS (Agência da Previdência Social) da Jatiúca, em Maceió, falando sobre a temática da

empregabilidade, foi observado a necessidade de elaborar um instrumento para identificar os reabilitandos que possuem um perfil com possibilidades de empreendedorismo.

Diante do cenário de desemprego para trabalhadores em regime de CLT, grande parte da força de trabalho local está sendo absolvida por diversas formas de geração de renda por conta própria.

A preocupação observada pela equipe é identificar, entre os reabilitandos, aqueles que teriam maior chance como empreendedores. Segundo a equipe, as instituições parceiras na formação profissional (senac e senai) disponibilizam cursos sobre a temática de empreendedorismo e gestão, que podem ser utilizados para desenvolvimento das potencialidades dos segurados, fomentando entre eles o empreendedorismo.

A problemática observada entre os profissionais de referência do programa de reabilitação profissional, gira em torno da maneira como eles podem identificar estes reabilitados que se adequam ao perfil empreendedor e quais ferramentas precisam disponibilizar para habilitar para o exercício das atividades para geração de renda através de seu próprio negócio.

1.2 Pergunta da pesquisa

Qual é o perfil empreendedor dos segurados da reabilitação profissional da APS Jatiúca, localizada em Maceió - Alagoas?

1.3. Objetivo geral

Identificar o perfil empreendedor dos reabilitandos do INSS e verificar a possibilidade de capacitação empreendedora desses reabilitados.

1.4. Objetivos específicos

- Descrever o programa de reabilitação do INSS e o caminho percorrido pelos segurados dentro do processo de reabilitação profissional.
- Avaliar a regra de decisão atual para encaminhamento de capacitação
- Propor regra de direcionamento ao reabilitando do INSS, no seu processo de capacitação, de acordo com o seu perfil empreendedor.
- Criar instrumento que identifique os reabilitandos com perfil empreendedor para direcionamento aos cursos voltados ao empreendedorismo e gestão empresarial.
- Identificar as dimensões empreendedoras que devem ser melhor trabalhadas nos segurados, por meio dos cursos profissionalizantes ofertados.

1.5 Justificativa

Para Arbex (2016), a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência no mercado de trabalho é tema de fundamental importância e grande desafio. Segundo os dados do IBGE (2019), apenas 28,3% dos deficientes estão atualmente empregados. No Brasil, de acordo com o Sebrae (2023), existem mais de 14 milhões microempreendedores individuais ativos atualmente. Esses dados revelam que muitos brasileiros estão optando por essa forma de trabalho, trazendo impacto expressivo na economia do país.

Entretanto, o estudo do IBGE (2020), analisou a taxa de sobrevivência das empresas recém nascidas entre os anos de 2015 e 2020, chegando a 78,3% de sobrevivência após um ano de funcionamento (2016); 64,8% após dois anos (2017); 54,7% após três anos (2018); 47,4% após quatro anos (2019); e 40,7% após cinco anos (2020). Esses números se tornam ainda mais preocupantes quando analisamos as empresas de pequeno porte separadamente, onde a taxa de sobrevivência delas após 5 anos cai para 35,5%.

Desiderio e Frutuoso (2022) afirmam que, sem formação, vários empreendedores falham no planejamento e gestão de seus negócios. Segundo os autores, com base nos dados da GEM (2019), no Brasil, quase 90% dos empreendedores iniciais concordam (total ou parcialmente) que a falta de emprego constitui um dos principais motivos para se desenvolver a iniciativa empreendedora com a qual se relacionam.

Pinheiro e Neto (2019) em seu estudo avaliaram as principais causas que levam a mortalidade das empresas. O resultado encontrado foi que os fatores que mais contribuem com a mortalidade das micro e pequenas empresas, foram a baixa escolaridade e qualificação; falta de conhecimento do mercado em que está inserido; ausência de planejamento estratégico e dificuldades de conquistar e manter clientes. Desta forma, podemos observar a importância de uma qualificação adequada, não apenas com conhecimentos técnicos, mas também com conhecimentos gerenciais, antes de iniciar um novo negócio.

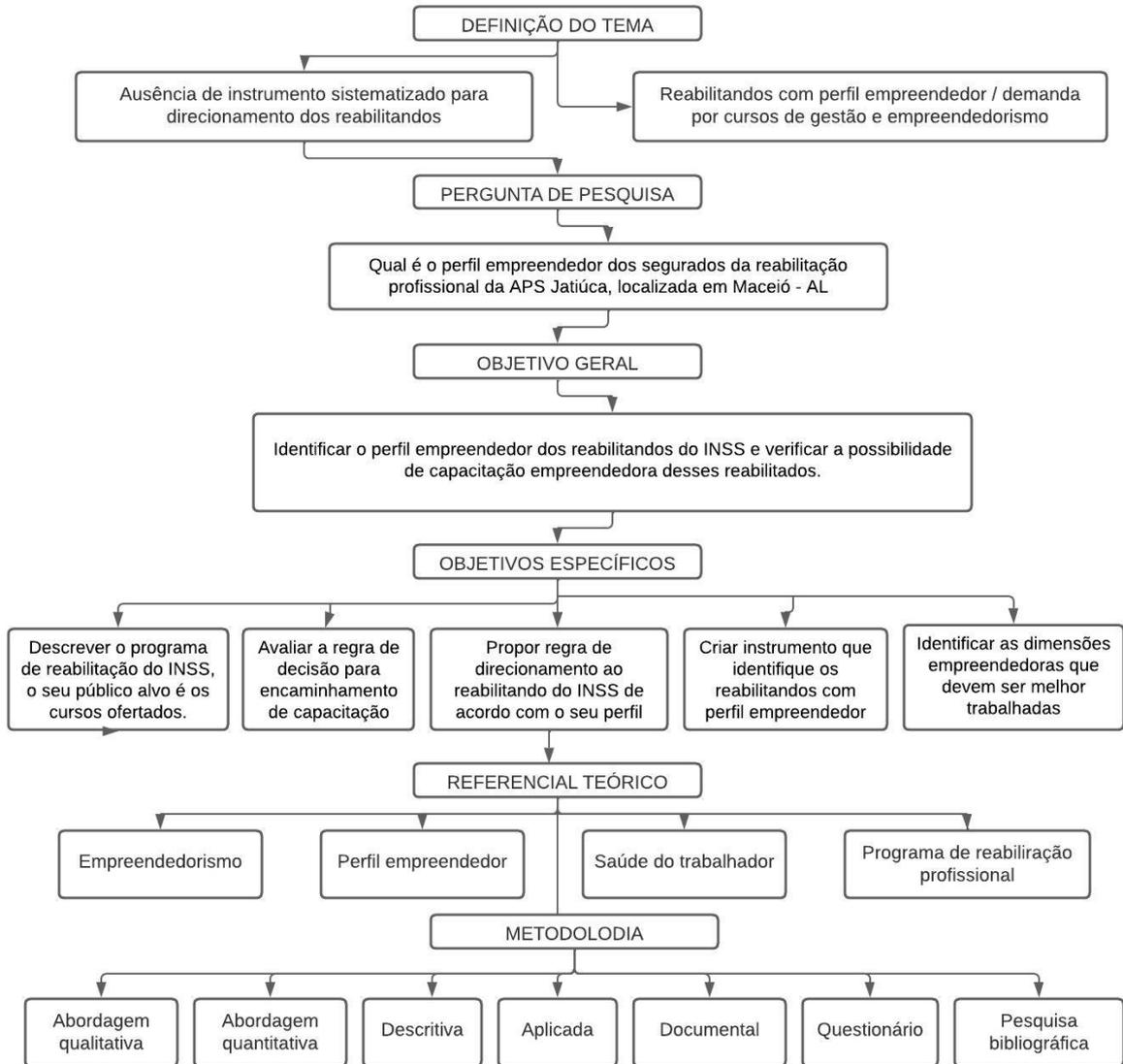
A principal motivação desta pesquisa se dá em função de atualmente não haver sistematização na oferta de cursos profissionalizantes que leve ao empreendedorismo no programa de reabilitação profissional do INSS, apesar da demanda crescente por esse meio de trabalho no país, com destaque para o aumento significativo dos últimos anos.

Foi realizada uma busca nas principais bases de dados (*web of science*, *scopus* e *google acadêmico*) pesquisas anteriores sobre o perfil empreendedor dos segurados do Programa de Reabilitação Profissional do INSS e nenhum estudo sobre a temática relacionada de forma direta ao programa foi encontrado. Além disso, durante reunião com os profissionais de referência do INSS, o questionamento sobre estudos anteriores foi levantado e, segundo esses

profissionais de referência, essa pesquisa é a primeira a abordar o tema dentro do contexto do programa. Sendo assim, o ineditismo desse trabalho reside em ser o primeiro estudo a avaliar o perfil empreendedor dos trabalhadores vinculados ao programa de reabilitação profissional, podendo, desta forma, servir como estímulo para ações do programa voltadas ao fomento de cursos profissionalizantes que levem a prática de empreendedorismo como forma de geração de renda.

A pesquisa está estruturada em 5 segmentos que podem ser sumarizadas da seguinte forma: A primeira refere-se a parte introdutória; a segunda trata da fundamentação teórica; a terceira diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados; a quarta é a análise dos dados e resultados da pesquisa; a quinta e última faz-se as conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

1.6. Estrutura dissertação



2. REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico será desenvolvido o aprofundamento teórico acerca dos seguintes temas: Empreendedorismo, perfil empreendedor, saúde do trabalhador e Programa de Reabilitação Profissional (PRP).

2.1. Empreendedorismo

No Brasil, a noção de empreendedorismo ganhou destaque a partir da década de 1990. Segundo Amorim, Moda e Mevis (2021), essa visibilidade foi motivada pela preocupação com o expressivo aumento nos índices de desemprego, que foi de 4,6%, em 1991, para 8,4%, em 1999, apenas nas regiões metropolitanas. Nesse cenário são formuladas, ao longo da década de 1990 aos anos 2000, políticas públicas direcionadas para a formação de empreendedores, implantadas por meio de programas de formação e qualificação profissional, cujo objetivo foi combater o desemprego, principalmente entre os jovens, criando renda e novos postos de trabalho.

Em concordância com Amorim, Moda e Mevis (2021), Garcia e Andrade (2022), reafirmam que o destaque para o empreendedorismo ocorreu a partir de 1990. Segundo os autores, desde essa década, os estudos sobre empreendedorismo aumentaram de forma expressiva. Na atualidade, a área de estudo sobre empreendedorismo apresenta uma série de publicações científicas, eventos especializados, periódicos, e faz parte de cursos de graduação e pós-graduação. Hoje existem diferentes conceitos, definições, teorias, abordagens e ramificações.

Schumpeter (1942) afirma que mudanças na vida econômica sempre começam com as ações de um indivíduo forte (empreendedor) e depois essas mudanças se espalham para o resto da economia. De acordo com Dornelas (2021), o conceito de empreendedorismo tem sido bastante difundido no Brasil nas últimas décadas, intensificando-se no final da década de 90, mas cujo início, como marco de consolidação do tema e de sua relevância para o Brasil ocorreu a partir dos anos 2000. Ainda conforme o autor, a partir do século XXI o empreendedorismo tem recebido atenção especial de agentes públicos e privados.

Souza e filho (2021) afirmam que empreender está em destaque na atualidade. De acordo com os autores, se relaciona com o crescimento e desenvolvimento econômico individual, social e do país, com grande relevância nas esferas acadêmica, pública e empresarial, em todo o mundo. Enquanto a academia tem observado o empreendedorismo sob a perspectiva conceitual, o governo vê no empreendedorismo uma opção de geração de renda para os indivíduos, o governo reconhece os negócios como geradores de empregos, além de pagarem impostos e girarem da economia.

Ésther (2019); Silva, Oliveira e Pinho (2017), acerca da definição de empreendedorismo, afirmam que o uso do termo é atribuído a Jean Baptiste Say, contudo, declaram que a popularização deste termo deve-se a Joseph Schumper e sua ideia de destruição criativa, processo no qual o novo substitui o velho, onde, por meio da iniciativa pessoal e espírito empreendedor, haveria uma renovação do capitalismo, alcançando a inovação organizacional.

De acordo com Abílio (2019), no contexto de flexibilização do trabalho, implementação de políticas neoliberais e aumento do desemprego, a definição de empreendedorismo vem adquirindo novos usos e significados políticos. O empreendedor é visto como um agente, que rompe com padrões da produção, sendo portador não só de criatividade, ousadia, ideias e disposição para assumir riscos, mas também de capital para tal ação.

Silva, Oliveira e Pinho (2017) definem empreender como fazer diferente, almejar novas oportunidades, inovar, executar novas ideias e as demais iniciativas em busca da autorrealização.

Neste sentido, o empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor (ABÍLIO, 2019).

Dessa forma, Teixeira *et al.* (2019) afirmam que empreender possui uma gama de conceitos, sendo relevante reconhecer que há problemas e obstáculos a serem superados, por meio da percepção de uma oportunidade para mudança, a qual deve estar aliada a um novo processo de aprender.

Na visão de Moraes *et al* (2021), o tema empreendedorismo abrange uma série de fenômenos. As representações variam desde a ação de indivíduos com comportamento empreendedor à manifestação de um tipo de empreendedorismo corporativo a ser fomentado nas organizações. Conforme Farah, Cavalcanti e Marcondes (2020) explanam, a ação empreendedora é de vital importância para o desenvolvimento e o crescimento da sociedade. Segundo o autor, o papel do empreendedor sempre foi essencial para a sociedade, pois esses indivíduos são capazes de criar e aplicar seus inventos para produzir riquezas.

Amorim, Moda e Mevis (2021) afirmam que o empreendedor e sua importância para o desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas ocidentais foram objeto de análise de diversas correntes clássicas das Ciências Sociais e que a educação tem sido área produtiva de propagação do empreendedorismo. Organismos nacionais e internacionais como, por exemplo, o Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe – Prelac (2004) vem estimulando a inserção do empreendedorismo no ensino formal e profissionalizante. No Brasil, inúmeras universidades públicas e privadas aderiram ao discurso empreendedor e desenvolvem projetos de estímulo ao empreendedorismo e à inovação. Segundo os autores, no momento contemporâneo, busca-se convencer o indivíduo, trabalhador e empreendedor, que é necessário agir com proatividade, liderança e determinação. Essa difusão decorre do número expressivo de teorias que sustentam o empreendedorismo como personalidade.

2.2. Perfil Empreendedor

Na visão de Drucker (1986), o espírito empreendedor é uma característica distinta, seja de um indivíduo ou de uma instituição. Neste sentido, o autor destaca que os empreendedores devem estar sempre buscando maneiras de inovar seus negócios, pois a inovação é o instrumento específico do espírito empreendedor. Para Macclleland (1965), os indivíduos devem desenvolver um conjunto de características para se tornarem empreendedores de sucesso, dentre elas estão: responsabilidade corporativa, habilidades organizacionais, assumir riscos moderados, e etc.

Ao estudar o fenômeno do empreendedorismo, Baron (2000) questiona o motivo pelo qual alguns empreendedores são muito mais bem-sucedidos do que outros ao abrir novas empresas. Em seus estudos, o autor constatou evidências crescentes que sugerem que a resposta envolve a influência de fatores cognitivos e sociais. Neste sentido, o autor afirma que empreendedores bem-sucedidos parecem pensar de forma diferente de outras pessoas em vários aspectos (por exemplo, eles são menos propensos a se envolver em pensamentos contrafactuais, mas mais propensos a mostrar excesso de confiança em seus julgamentos). Da mesma forma, os empreendedores bem-sucedidos parecem ter maior competência social – a capacidade de interagir efetivamente com os outros.

Borges e Moreira (2018) explicam que compreender a relação entre o empreendedor e as competências que permeiam suas ações, assim como conhecer quais são precisamente as competências necessárias e esperadas dos empreendedores é objeto constante nas pesquisas.

Neste sentido, Locatelli, Silveira e Barbacovi (2018) sustentam que o empreendedor foi definido diversas vezes na literatura pela palavra competência, compreendida pelas características atitudinais: habilidades, conhecimento e atitudes. Ainda segundo Locatelli, Silveira e Barbacovi (2018), outros aspectos são significativos e relevantes para o desenvolvimento das características empreendedoras, tais como as experiências, influências familiares, culturais, formação e etc.

Schmidt e Bohnenberger (2009) produziram uma estrutura onde o perfil empreendedor é calculado de acordo com características atitudinais. Os autores resumiram como: a) auto eficácia; b) assume riscos; c) planejador; d) detecta oportunidades; e) persistente; f) sociável; g) inovador; e h) liderança.

Quadro 1 - Características atitudinais do empreendedor

Características atitudinais	Descrição
-----------------------------	-----------

Auto-eficaz	“é a estimativa cognitiva que uma pessoa tem das suas capacidades de mobilizar a motivação, recursos cognitivos e cursos de ação necessários para exercitar controle sobre eventos na sua vida” (Chen, Greene, & Crick, 1998, p. 296). “Em quase todas as definições de empreendedorismo, há um consenso de que estamos falando de uma espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa; (2) organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos, a fim de transformar recursos e situações para proveito prático; (3) aceitar o risco ou o fracasso” (Hisrich & Peters, 2004, p. 29).
Assume riscos calculados	“Indivíduos que precisam contar com a certeza é de todo impossível que sejam bons empreendedores” (Drucker, 1986, p. 33). “O passaporte das empresas para o ano 2000 será a capacidade empreendedora, isto é, a capacidade de inovar, de tomar riscos inteligentemente, agir com rapidez e eficiência para se adaptar às contínuas mudanças do ambiente econômico” (Kaufman, 1991, p. 3).
Planejador	“Os empreendedores não apenas definem situações, mas também imaginam visões sobre o que desejam alcançar. Sua tarefa principal parece ser a de imaginar e definir o que querem fazer e, quase sempre, como irão fazê-lo” (Filion, 2000, p. 3). “O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (Dornelas, 2001, p. 15).
Detecta oportunidades	“é a habilidade de capturar, reconhecer e fazer uso efetivo de informações abstratas, implícitas e em constante mudança” (Markman & Baron, 2003, p. 289). “que tem capacidade de identificar, explorar e capturar o valor das oportunidades de negócio” (Birley & Muzyka, 2001, p. 22). “A predisposição para identificar oportunidades é fundamental para quem deseja ser empreendedor e consiste em aproveitar todo e qualquer ensejo para observar negócios” (Degen, 1989, p. 19).
Persistente	capacidade de trabalhar de forma intensiva, sujeitando-se até a privações sociais, em projetos de retorno incerto” (Markman & Baron, 2003, p. 290). “Desenvolver o perfil empreendedor é capacitar o aluno para que crie, conduza e implemente o processo de elaborar novos planos de vida. ... A formação empreendedora baseia-se no desenvolvimento do autoconhecimento, com ênfase na perseverança, na imaginação, na criatividade, associadas à inovação” (Souza, Souza, Assis, & Zerbin, 2004, p. 4).
Sociável	“Os empreendedores ... fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico. Já não os vemos como provedores de mercadorias e autopeças nada interessantes. Em vez disso, eles são vistos como energizadores que assumem riscos necessários em uma economia em crescimento, produtiva” (Longenecker, Moore, & Petty, 1997, p. 3).
Inovador	Carland, Hoy e Carland (1988) concluem que o empreendedorismo é principalmente função de quatro elementos: traços de personalidade (necessidade de realização e criatividade), propensão à inovação, risco e postura estratégica.
Líder	“Uma vez que os empreendedores reconhecem a importância do seu contato face a face com outras pessoas, eles rapidamente e vigorosamente procuram agir para isso” (Markman & Baron, 2003, p. 114).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Schmidt e Bohnenberger, 2009.

Silva, Garcia e Cabral (2022) descreveram em sua pesquisa as competências empreendedoras, chegando a um modelo teórico onde cada categoria de análise subdivide-se em unidades de registro, conforme é evidenciado no quadro 2.

Quadro 02 – Modelo teórico competências empreendedoras de Silva, Garcia e Cabral (2022)

Objetivos	Categorias de análise	Unidades de registro
Compreender como se desenvolvem as competências empreendedoras dos grupos de realização e planejamento com base em McClelland (1987)	Realização	Busca de oportunidade e iniciativa
		Correr riscos calculados
		Exigência de qualidade e eficiência
		Persistência e comprometimento
	Planejamento	Busca de informações
		Estabelecimento de metas
Planejamento e monitoramento sistemáticos		
Compreender como se desenvolvem as competências empresariais dos grupos de assertividade e controle emocional e lidar com riscos e dificuldades, segundo Sanchez-Garcia e Suarez-Ortega (2017)	Assertividade e controle emocional	Aprendizagem cotidiana
		Envolvimento com objetivos do dia a dia
		Saber ouvir e entender clientes e funcionários
		Captação das necessidades dos clientes
	Lidar com riscos e dificuldades	Dificuldade em enfrentar problemas imprevistos
		Estresse em correr riscos importantes
		Medo de falhar

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Silva, Garcia e Cabral (2022).

Lima, Nassif e Garçon (2019) pesquisaram o comportamento empreendedor, sob a visão da necessidade de autorrealização e segundo os autores, esse comportamento é destacado na trajetória dos empreendedores que participaram do estudo, que se adequaram com várias características empreendedoras disponíveis na literatura, como demonstrar capacidade de planejar, acreditar, assumir as próprias decisões, ser confiante e autodeterminado e participar ativamente dos projetos de criação e desenvolvimento da empresa.

Borges e Moreira (2018) concluem que as características empreendedoras têm surgido como um diferencial, uma vez que as organizações estão buscando profissionais que empreendam não só em seus próprios negócios, mas que sejam também intraempreendedores nas empresas em que trabalham. Dessa forma, buscar o desenvolvimento destas competências tornou-se um elemento imprescindível para o profissional moderno.

2.3 Saúde do trabalhador

Para embasar a discussão sobre saúde do trabalhador, Perez, Bottega e Merlo (2017) ressaltam a importância do trabalho como fator constituinte do ser humano, que determina e caracteriza quem são. Desse modo, enfatiza-se o papel do trabalho como fundamental para a identidade e subjetividade do sujeito contemporâneo.

Souza e Queiróz (2018), afirmam que o trabalho vem sofrendo modificações ao decorrer do tempo, segundo o sistema econômico vigente em cada momento da história. Deste modo, os autores concluem que o trabalho se “desconfigurou”, passando de realização humana para uma mercadoria e meio de subsistência, com objetivo de valorizar o capital.

Lima, Souza e Rodrigues (2020) descrevem que as mutações estão ocorrendo no mundo do trabalho desenvolveram, no mundo contemporâneo, novos formatos de sofrimento e incapacidades, o que demonstra na busca pelo cuidado terapêuticos e pelos serviços de assistência à saúde, o contexto atual da vida dos trabalhadores.

Gomez, Vasconcellos e Machado (2018), afirmam que o campo da Saúde do Trabalhador (ST) no Brasil é resultante de um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência operária italiana.

A Partir do movimento da Medicina Social Latino-Americana, com início nos anos 1980, o estudo da relação saúde-trabalho e seus impactos nos processos produtivos vem aumentando no Brasil. Segundo Camara, Belo e Peres (2019), essa crescente busca por saberes vem se desenvolvendo não só no meio acadêmico, mas também na organização do SUS, o que possibilitou o campo de saberes voltados para a relação saúde-trabalho e suas inter-relações de se estabelecer como o campo da Saúde do Trabalhador.

No Brasil, na década de 1970, ocorreu um alto crescimento no número de trabalhadores nas indústrias. Junto a esse crescimento, houve uma reivindicação, por parte dos trabalhadores, por uma regulamentação na jornada de trabalho e por melhores salários. Nesse período, aconteceram as primeiras ações em defesa da saúde e de melhores condições de trabalho.

Ramminger e Nardi (2007) afirmam que a área de saúde do trabalhador se desenvolveu a partir da assistência dos trabalhadores urbanos. Eles argumentam que observando a história brasileira, a atenção à saúde do “corpo que trabalha” existe desde a época do império, nos cuidados dispensados aos escravos.

De acordo com a constituição de 1988, a saúde é direito de todos e dever do estado. A saúde do trabalhador foi institucionalizada no referido documento. Desde então houve dificuldades e avanços. Como exemplo desses avanços, temos a formulação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT).

Segundo Silva (2021), nessa trajetória, em que o trabalho passou a ser reconhecido como um dos determinantes sociais da saúde, a ST deixou de ser considerada um mero direito trabalhista para então ser concebida como um direito social e parte integrante da saúde coletiva. Em sua nova configuração, o campo da ST passa a constituir-se como espaço interdisciplinar e pluri-institucional.

Gomez, Vasconcellos e Machado (2018) corroboram com Silva, argumentando que a saúde do trabalhador configura-se como um campo de práticas e de conhecimentos estratégicos interdisciplinares. O autor exemplifica os conhecimentos como: técnicos, sociais, políticos, humanos. São multiprofissionais e instituições, voltadas para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos. A referência é a saúde coletiva, que é determinada pela promoção, prevenção e vigilância.

Gamarra (2006), traz também a visão de saúde do trabalhador como uma abordagem interdisciplinar, seu estudo adiciona porém mais um sujeito ao processo de análise e intervenção, o próprio trabalhador. De acordo com a autora, o trabalhador é sujeito ativo na constituição do campo saúde do trabalhador, onde é capaz de contribuir com seu conhecimento para compreensão do impacto do trabalho sobre a saúde, devendo, dessa forma, intervir politicamente para a transformação da realidade.

Corroborando o estudo de Gamarra (2006), Duarte *et al.* (2020) afirma que é preciso se reaproximar do sujeito, do trabalhador e da trabalhadora. Para o autor é importante observar quem é o sujeito e seu entorno, tendo como parceiras a saúde coletiva e a saúde do trabalhador. Dessa forma, é possível descobrir os

modos “ser, trabalhar, existir”, que caracteriza o socius e o subjetivo. Sendo assim, através de um diálogo aberto, a equipe multidisciplinar consegue identificar o que, no trabalho, atenta contra o corpo. Nesse contexto, o grande desafio é reconhecer o trabalhador como sujeito de saberes que ao assumir o protagonismo e sua própria voz, são capazes de contribuir com os meios para a transformação social e laboral.

A incorporação da Saúde do Trabalhador tem muitos desafios, entre eles, de acordo com Camara, Belo e Peres (2019), a demanda por esforços multisetoriais e multidisciplinares que aproximem os trabalhadores dos profissionais de saúde, pesquisadores e gestores, com as limitações de recursos sejam eles humanos, financeiros, estruturais e etc.

Em seu estudo, Vianna *et al.* (2017) argumenta sobre a incompatibilidade entre o modelo de produção capitalista e a garantia de saúde no trabalho. Essa incompatibilidade, segundo o autor, é evidenciada pelo agravo que vem sendo observado na saúde do trabalhador, entre outros, no número de acidentes de trabalho.

Aguiar e Vasconcellos (2015), afirmam que é comum se ouvir dizer que há leis que ‘pegam’ e leis que ‘não pegam’ e argumentam que as leis relativas à saúde do trabalhador (ST) “não pegaram”. Os autores ao mencionarem a constituição de 1988 asseguram que esta é clara, direta e objetiva quanto a ST, porém discutem a efetividade da implementação da lei, que afirmam haver evidenciado indolência com a saúde dos trabalhadores. Para embasar os seus argumentos, trazem em seus estudos dados epidemiológicos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, que causam perplexidade. São exemplos desses dados o número de óbitos por acidentes de trabalho, onde, de acordo com o anuário Estatístico da Previdência Social de 2011, no período compreendido entre 1988 e 2011, foram registrados 82.171 óbitos (estatística subestimada, uma vez que acidentes de trânsito relacionados ao trabalho, não são computados - acidentes de mototaxistas, por exemplo). Outro dado citado que merece ser ressaltado, são as incapacidades permanentes para o trabalho. No mesmo período, foram registrados 363.107 casos no anuário.

Aguiar e Vasconcellos (2015) afirmam que as ações de saúde do trabalhador, que estão inscritas na Constituição Federal de 1988, necessitam de um efetivo que seja capaz de mudar os indicadores epidemiológicos, que afirmam serem alarmantes, de acidentes e doenças do trabalho.

No Brasil, segundo Santos e Lopes (2021), o seguro social que protege os trabalhadores é administrado pelo Estado, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A previdência social garante aos trabalhadores segurados aposentadorias, pensões, benefício de prestação continuada, auxílio-natalidade, auxílio-reclusão, auxílio-doença, entre outros.

Silva (2021) afirma que, no Brasil, o campo da ST ainda possui várias questões decisivas de naturezas diversas, que dificultam a conquista de sua atenção integral. A saúde do trabalhador, em seu percurso jurídico-institucional, apresentou avanços e dificuldades desde sua institucionalização em 1988, até o momento contemporâneo.

A assistência pública para lidar com a demanda de trabalhadores acometidos por doenças ou acidentes que são incapazes de desenvolver suas atividades laborais de origem, mas com potencial laborativo residual, é prestada pelo INSS, através do Programa de Reabilitação Profissional (PRP).

2.4. Programa de reabilitação profissional (PRP)

Gomez, Vasconcellos e Machado (2018) em sua pesquisa relacionam as condicionantes saúde-doença e afirmam que a referência principal é o processo de trabalho.

Feijó, Torres e Puglistione (2019) afirmam que o afastamento do trabalhador de suas atividades laborais é um evento complexo. O afastamento auxilia na recuperação da saúde do trabalhador, mas por outro lado existe a possibilidade de gerar impactos negativos para o trabalhador e a empresa. Relativo ao trabalhador existe a possibilidade de desgaste emocional e perdas pessoais. Para a empresa impacto nos custos e produtividade. Desta forma, torna-se unânime a necessidade de um programa eficaz de retorno ao trabalho

que possibilite a reinclusão o mais precocemente do trabalhador às suas atividades laborais de origem.

A legislação atual, lei nº 8.213 (BRASIL, 1991), inclui no seu artigo 141 do RPS que empresas com mais de 100 trabalhadores empregados devem preencher em seu quadro de funcionários, porcentagens mínimas de pessoas com deficiência e reabilitados. Pode-se inferir que esse marco legislativo caminha para uma aproximação da perspectiva inclusiva. Cabe à reabilitação profissional garantir os meios adequados para proporcionar essa reinserção aos segurados reabilitados, no mercado de trabalho e no contexto social em que esses trabalhadores vivem.

Akimura e Costa (2020) afirmam que as questões e as problemáticas relacionadas ao mercado de trabalho estão entre as temáticas mais complexas e contraditórias da atualidade.

Segundo Becker (2019), mesmo após décadas de iniciativas em defesa aos direitos das pessoas com deficiências, a humanidade ainda se encontra muito distante de acabar com as barreiras que reprimem a participação econômica deste grupo. Com base no relatório da OMS (2011), a autora afirma que a taxa de emprego é de 53% para homens e 20% para mulheres com deficiências, além de receberem menores salários em comparação a pessoas não deficientes.

Arbex (2016) reitera Becker, Akimura e Costa, afirmando que o ritmo de contratações de deficientes, apesar de aumentando com o passar dos anos, cresce de maneira discreta, com números ainda muito tímidos. Discute ainda que as empresas relutam em readaptar os trabalhadores da própria organização, sendo fácil de imaginar como seria para se adequarem para contratar pessoas com deficiências.

Em seu estudo, Simonelli e Camaroto (2011), com base no texto de Sasaki (1999), definem 4 estágios do mercado de trabalho em relação à pessoa com deficiência. O primeiro estágio ou fase, é o da exclusão. Segundo os autores, inicialmente considerava-se uma “crueldade” pessoas com deficiência trabalhar. Ou seja, dominava o protecionismo e o panorama de que os deficientes não tinham capacidades laborais. O segundo estágio é o da segregação, nessa fase os deficientes eram internados em instituições onde trabalham por baixas remunerações e nenhum vínculo empregatício. O terceiro estágio é o da

integração, quando os trabalhadores com deficiência já possuem vínculo empregatício e são feitos pequenos ajustes nos postos de trabalho, mas sem adaptações nas empresas. Nessa fase, muitas empresas criam setores exclusivos para os trabalhadores com deficiência. A última fase é a inclusão, onde o mercado começa a avaliar ambos os lados, o da empresa e o do trabalhador com deficiência. Nesse momento, existe uma preparação para uma relação nova de convívio, uma relação onde prevaleça a inclusão.

Arbex (2016) apresenta em seu estudo alguns fatores que dificultam a contratação de pessoas com deficiências nas áreas produtivas da empresa. São elas: Trabalho em espaço confinado, trabalho em altura, trabalhos em locais com calor, trabalhos com esforço físico, trabalho com horários rígidos de descanso, trabalho com uso de proteção respiratória, trabalho com uso de veículos industriais, trabalho em que o atendimento ao público tenha uma alta demanda emocional, trabalho em ritmo acelerado, trabalho em ergonomia inadequada, entre outras.

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS foi instituído em 27 de junho de 1990, a partir do Decreto nº 99.350, através da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Sendo caracterizada, desta forma, como uma organização pública prestadora de serviços previdenciários. O instituto busca alternativas de melhoria contínua, com programas de modernização e excelência operacional.

O Programa de Reabilitação Profissional do INSS foi instituído em 1940, com o objetivo de prover os meios de inserção e reinserção no mercado de trabalho, dos trabalhadores que se encontram incapazes de permanecer na função de trabalho de origem, devido a acidentes de trabalho e por motivos de doenças.

Spielmann e Bovo (2021) definem programa de Reabilitação Profissional (PRP) como uma política pública voltada para o atendimento do trabalhador incapaz de realizar suas atividades laborais de origem, devidos e acidentes ou doenças, advindas ou não da relação com o trabalho.

Bregalda e Lopes (2016) compreendem reabilitação profissional, como programa que objetiva proporcionar aos trabalhadores segurados os meios para reingresso no mercado de trabalho. Segundo os autores, a reabilitação profissional é atribuída oficialmente ao Ministério da Previdência Social, e se relaciona com a educação, com a saúde e com as políticas públicas e ações de trabalho e emprego.

Santos e Lopes (2021) afirmam que o termo “Reabilitação Profissional”, embora instituído na década de 40, só foi se consolidar em 1960. Salientam também que a assistência reeducativa e de readaptação objetiva proporcionar os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no meio social em que vivem.

O Guia e Diretrizes do Serviço de Reabilitação Profissional desenvolvido pelo INSS em 2022 define a reabilitação profissional (RP), como: “assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação de habilitação ou reabilitação profissional”, onde o objetivo é proporcionar aos segurados (beneficiários do programa) parcial ou totalmente incapacitados para exercerem suas funções, em caráter obrigatório, independente de carência, e também para pessoas com deficiências, os meios adequados para reingresso ao mercado de trabalho, de acordo com o contexto em que vivem.

Varga *et al.* (2017), definem o PRP como um programa intervencionista, elaborado com o objetivo de desenvolver ações terapêuticas e de profissionalização que englobam a totalidade dos indivíduos e os fortifica para tratar e superar as dificuldades decorrentes de suas incapacidades. Os objetivos do programa, segundo os autores, intentam a estabilização física e psicossocial, assim como a reintegração nas relações cotidianas e sociais de trabalho.

A reabilitação profissional ocorre como etapa seguinte a avaliação do potencial laborativo, para os trabalhadores que se reconheçam as condições mínimas para o retorno ao trabalho.

O foco do Programa de Reabilitação Profissional, é promover o retorno ao trabalho de maneira qualificada e integral, a partir deste objetivo principal, desdobram-se os demais, assim como as funções básicas do PRP. Akimura e Costa (2020) trazem em sua pesquisa as funções básicas do INSS no

atendimento aos contribuintes da Previdência Social, que são também chamados de segurados. As funções trazidas pelos autores são: Avaliação do potencial laborativo; orientação e acompanhamento da programação profissional; articulação com a comunidade; e acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho. Outra informação importante apontada pelos autores refere-se à suspensão do benefício que ocorre após a conclusão do curso de qualificação ou treinamento em função diversa, uma vez que o INSS não tem obrigação legal de garantir vaga de emprego aos reabilitados.

Kulaitis e Silva (2022) descrevem o processo de reabilitação profissional, que começa após a elegibilidade do trabalhador, que se inicia com uma análise de compatibilidade entre as restrições físicas ou mentais do reabilitando e o trabalho pretendido, podendo ser na empresa de vínculo do segurado ou no curso profissionalizante da escolha do trabalhador.

Miranda (2018) em seu estudo sobre os avanços e retrocessos da reabilitação profissional brasileira, presente na legislação previdenciária, discute que a reabilitação de trabalhadores atual tem mais de setenta anos de funcionamento e é caracterizada por ajustes e “desajustes” no decorrer de sua trajetória durante esses anos. O autor argumenta que apesar desse percurso, a reabilitação profissional permanece um desafio complexo para a saúde pública do país.

Duarte *et al.* (2020) afirmam que, pelo cenário atual da reabilitação profissional e pelo que se espera para o futuro, o principal desafio que será imposto aos interessados na saúde do trabalhador é a uma luta pela construção de possibilidades de RP que agreguem o protagonismo dos trabalhadores e sua integralidade, adotando o modelo biopsicossocial que resultem na reinserção laboral através de um trabalho digno, não precarizado.

Vargas *et al.* (2017) descrevem como se configura o benefício, uma vez que constatada a incapacidade. Esse auxílio objetiva garantir a renda do segurado. O benefício pode ser acidentário, por causalidade relacionada ao trabalho ou previdenciário. Os auxílios são classificados alfanumericamente pelo INSS. O benefício previdenciário comum recebe a classificação B31, é aquele que se relaciona com o auxílio-doença, onde o beneficiário se afasta da empresa por

motivo de saúde não decorrido da atividade laboral. Para se conceder esse auxílio, o trabalhador deve ter realizado doze contribuições à previdência social (não existe garantia de emprego ao retorno de suas atividades). O B91 é o benefício previdenciário acidentário, concedido ao segurado que foi acometido por doença ou acidente ocupacional. Para acesso a esse benefício, não é necessário período de carência e após seu retorno, o trabalhador tem a permanência garantida pelo período de 12 meses. O início dos benefícios ocorre a partir o 15º dia de afastamento do trabalho.

Segundo Spielmann e Bovo (2021), as equipes do Programa de Reabilitação Profissional são compostas por profissionais de áreas distintas, entre eles estão os peritos médicos, os analistas e os técnicos do seguro social. A denominação “profissionais de referência” refere-se aos analistas do seguro social. Estes devem ser profissionais com nível superior em áreas afins ao programa de reabilitação, como por exemplo, serviço social, sociologia, psicologia, terapia ocupacional e fisioterapia. Os trabalhadores encaminhados ao Programa de Reabilitação Profissional, são acompanhados e orientados pelos profissionais de referência.

Poersch e Merlo (2017) centralizam seus estudos sobre a reabilitação profissional nas dificuldades dos trabalhadores que são acometidos por doenças ocupacionais no momento de retorno ao trabalho, sejam elas decorrentes das limitações funcionais devido ao adoecimento, dos obstáculos vivenciados junto às empresas ou ao INSS e demais serviços de saúde. Para os autores, a limitação laboral e o retorno ao trabalho estão entre os mais complexos aspectos das políticas de atenção à saúde do trabalhador.

Silva e Sime (2019), fizeram um estudo sobre barreiras e facilitadores do retorno do segurado do programa de reabilitação ao trabalho. As autoras concluíram em sua pesquisa que além do programa ser integrado e multidisciplinar, como a maioria dos estudiosos do tema sugerem, sempre que possível, o suporte sócio familiar e ambiente de trabalho deve ser explorado pelo programa de reabilitação profissional, com finalidade de sucesso no retorno ao trabalho.

Souza e Queiróz (2018) trazem em sua pesquisa um dado relativo ao público atendido pelo INSS através do programa de reabilitação profissional, onde afirmam que os segurados do programa são prioritariamente masculino. De acordo com os dados do Ministério da Previdência Social (2015), houve 612.632 acidentes de ocupacionais, sendo 410.646 desses acidentes foram acometidos aos trabalhadores do sexo masculino. Ou seja, no ano de 2015, 69% dos acidentes de trabalho foram relativos aos trabalhadores do sexo masculino, enquanto 31% dos acidentes foram relativos ao sexo feminino.

Em um estudo de revisão bibliográfica, Feijó, Torres e Pustiglione (2019) buscaram identificar quais são as variáveis facilitadoras para um trabalhador retornar às suas atividades laborais após afastamento. As variáveis encontradas por esses autores foram: programa de reabilitação profissional, motivação, autoeficácia, rede de apoio, prontidão e adequações no ambiente de trabalho.

É importante destacar que, segundo o Guia de Diretrizes do Serviço de Reabilitação Profissional do INSS (2022), as modificações das atividades dos segurados e mesmo a inserção de segurados sem vínculo em empresas, tanto no período do programa de reabilitação profissional, como após o desligamento, não se estabelece como desvio de cargo ou função. Este normativo é importante para resguardar todas as partes envolvidas.

Como descrito, os principais estudiosos da temática convergem quanto ao principal objetivo da reabilitação que é a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho. Para tanto, torna-se necessário uma avaliação prévia do contexto em que o segurado está inserido, com finalidade de observar o funcionamento do mercado de trabalho e proporcionar os meios adequados para a reinserção nesse ambiente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, descritos anteriormente, é necessária a descrição da metodologia da pesquisa, assim como o delineamento dos métodos e das técnicas a serem utilizadas. Os procedimentos metodológicos deste estudo estão evidenciados nos subtópicos a seguir.

3.1. Caracterização do estudo

Com finalidade de alcançar os objetivos apresentados, será realizada uma pesquisa explicativa e descritiva, possibilitando a verificação das relações entre várias dimensões relacionadas ao perfil empreendedor (as dimensões serão detalhadas no subtópico 3.1.3). Neste sentido, a presente pesquisa possui natureza explicativa, pois segundo Alyrio (2009), a pesquisa explicativa faz uma análise das causas que constata a ocorrência de determinados eventos. Em outras palavras, a pesquisa explicativa visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinadas situações (SILVA e MENEZES, 2005). A pesquisa descritiva, por sua vez, objetiva fundamentalmente a enumeração de dados, sem a finalidade de refutar ou comprovar hipóteses exploratórias, gerando espaço para uma nova pesquisa explicativa, amparada na experimentação (ALYRIO, 2009).

Quanto à abordagem, a pesquisa é quantitativa. De acordo com Silva e Menezes (2005), a abordagem quantitativa abrange tudo que pode ser mensurado, em outras palavras, transforma em números opiniões e informações para classificar e analisar esses dados. É necessária a utilização de recursos e técnicas estatísticas (média, moda, mediana, percentagem, análise de regressão, desvio-padrão, coeficiente de correlação e etc).

3.1.1. Local de estudo

Devido a uma carência de estudos sobre o tema de empreendedorismo com trabalhadores em reabilitação profissional na região nordeste do país, o presente estudo optou por uma cidade pertencente a essa região. Apesar do estado de Alagoas ser o segundo menor estado da federação, ele concentra um alto número de segurados (mais de 3.600 segurados), sendo inferior em número,

apenas pela gerência executiva do INSS em Fortaleza. Desta forma, foi realizada a escolha da cidade de Maceió, Alagoas, como local do estudo. O mercado de trabalho alagoano concentra um grande número de trabalhadores informais, totalizando 538 mil trabalhadores, uma taxa de informalidade acima da média nacional. Segundo Pereira *et al.* (2013) o Brasil evidencia um elevado índice de desemprego, o que faz com que as pessoas busquem diversas alternativas para geração de renda, para sobrevivência e realização pessoal. Neste cenário, segundo os autores, os dados demonstram o aumento considerável do mercado informal em todas as regiões do país.

Muitos trabalhadores alagoanos optam por empreender como forma de sobrevivência. Segundo Vale, Corrêa e Reis (2014), os empreendedores por necessidade representam a parcela da população envolvida com o empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho. Sem o devido preparo para lidar com a gestão de seus negócios, um número elevado de empresas não resiste no mercado e se veem obrigadas a encerrar suas operações antes mesmo de completar seus primeiros dois anos de existência (Herrman; Bugs; 2020).

3.1.2. Sujeitos da pesquisa

Irão participar da pesquisa trabalhadores encaminhados para o programa de reabilitação profissional do INSS da gerência executiva de Maceió, Alagoas. Hair *et al.* (2009) afirmam que o tamanho da amostra também afeta a generalização dos resultados pela proporção entre observações e variáveis independentes. Dessa forma, a regra geral é que a razão jamais deverá ficar abaixo de 5 para 1, o que significa que deve haver pelo menos 5 observações para cada item do questionário aplicado. Sendo assim, a amostra utilizada neste estudo será de 110 respondentes, devido ao número de itens do questionário (22 itens).

A amostragem da pesquisa trata de uma amostra não probabilística e por conveniência. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), na amostragem por

conveniência, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo.

3.1.3. Instrumento de coleta de dados

Quanto ao instrumento de coleta, a pesquisa possui corte transversal.

O instrumento de coleta de dados utilizado é baseado no estudo de Schmidt e Bohnenberger (2009). No estudo original, os autores criaram uma escala para medir o perfil empreendedor aplicada em 1.122 estudantes de diferentes cursos da universidade Feevale. Os pesquisadores desenvolveram e testaram o questionário juntamente com especialistas da área de empreendedorismo. O instrumento contém 22 itens, utilizando escala Likert de sete pontos para mensuração dos construtos, onde as respostas vão de concordo plenamente a discordo plenamente. Não houve alterações nas escalas originais propostas no estudo de Schmidt e Bohnenberger (2019).

Para medição do perfil empreendedor, os autores utilizaram os seguintes construtos: Auto-eficaz (AE); Assume riscos calculados (AR); Planejador (PL); Detecta oportunidades (DO); Persistente (PE); Sociável (SO); Inovador (IN); Líder (LI).

O quadro 3 representa o questionário que será aplicado na presente pesquisa.

Quadro 3 - Questionário perfil empreendedor

Construto	Questões	Fatores					
		1	2	3	4	5	6
DO1	Frequentemente detecto oportunidades promissoras de negócio no mercado.						
DO2	Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócio no mercado						
AE1	Tenho controle sobre os fatores críticos para minha plena realização profissional.						
PE1	Profissionalmente, me considero uma pessoa muito mais persistente que as demais.						

IN1	Sempre encontro soluções muito criativas para problemas profissionais com os quais me deparo.						
PL1	Tenho um bom plano da minha vida profissional.						
LI1	Frequentemente sou escolhido como líder em projetos ou atividades profissionais.						
LI2	Frequentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos de trabalho.						
LI3	As pessoas respeitam a minha opinião.						
PL2	No meu trabalho, sempre planejo muito bem tudo o que faço.						
AR1	Sempre procuro estudar muito a respeito de cada situação profissional que envolva algum tipo de risco.						
PL3	Tenho os assuntos referentes ao trabalho sempre muito bem planejados.						
IN2	Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira.						
IN3	Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível.						
SO1	Me relaciono muito facilmente com outras pessoas.						
PL4	Me incomoda muito ser pego de surpresa por fatos que eu poderia ter previsto.						
AR2	Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria.						
LI4	No trabalho, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto.						
AR3	Admito correr riscos em troca de possíveis benefícios.						
SO2	Meus contatos sociais influenciam muito pouco a minha vida profissional						
SO3	Os contatos sociais que tenho são muito importantes para minha vida profissional.						
SO4	Conheço várias pessoas que me poderiam auxiliar profissionalmente, caso eu precisasse.						

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Schmidt e Bohnenberger (2009)

Além do questionário acima, serão realizadas perguntas relacionadas ao perfil sociodemográfico (renda, escolaridade, idade, gênero) dos respondentes.

3.1.4. Análise dos dados

Para a medição do perfil empreendedor dos segurados do PRP será realizada a construção de um modelo em equações estruturais.

De acordo com Hair *et al.* (2009), a modelagem de equação estrutural pode ser considerada útil para testar teorias que contêm múltiplas equações envolvendo relações de dependência. Em outras palavras, “se acreditamos que

uma imagem cria satisfação, e satisfação cria lealdade, então satisfação é uma variável dependente e independente na mesma teoria (HAIR *et al.*, 2009, p. 540”). Fazendo isso, a modelagem de equação estrutural examina a estrutura de inter-relações expressas em uma série de equações, semelhante a uma série de equações de regressão múltipla. Tais equações descrevem todas as relações entre construtos (as variáveis dependentes e independentes) envolvidos na análise do pesquisador.

A verificação da adequabilidade do modelo de mensuração que será utilizado nesta pesquisa poderá ser alcançada através da consistência interna (Alpha de Cronbach) e pela validade convergente e validade divergente. De acordo com Hair *et al.* (2009), o Alpha de Cronbach é a estimativa de confiabilidade mais usada pelos pesquisadores.

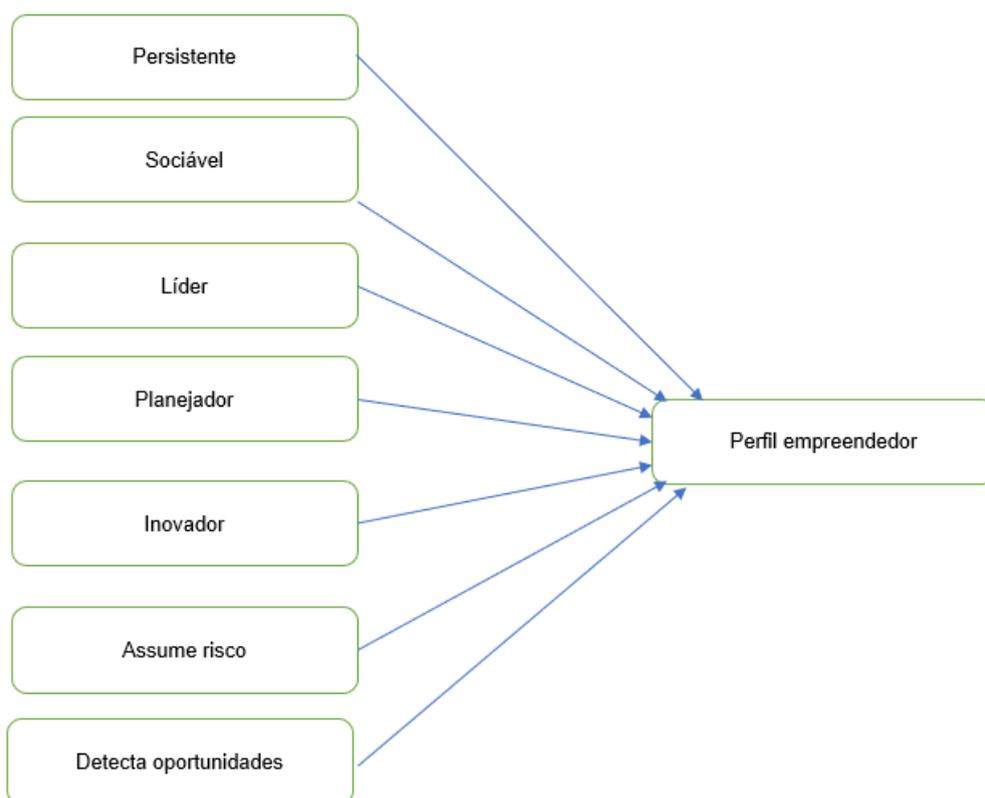
Conforme Hair *et al.* (2009), a validade convergente determina o quanto indicadores de um construto específico convergem ou compartilham uma elevada proporção de variância em comum. A validade convergente pode ser determinada através do tamanho da carga fatorial. Uma boa regra prática é que estimativas de cargas padronizadas devem ser de 0,5 ou mais, e idealmente de 0,7 para cima (HAIR *et al.*, 2009).

De acordo com Hair *et al.* (2009), a validade discriminante garante que a escala é suficientemente diferente de outros conceitos semelhantes para ser distinta. Fornell e Lacker (1981) afirmam que os critérios para alcançar a validade discriminante são determinados pelo valor médio de cada AVE, se excede ou não a correlação quadrada entre os construtos.

Por fim, a análise descritiva das variáveis sociodemográficas e a análise quantitativa do modelo de equação estrutural proposto será realizada nos softwares *Statistical Package For The Social Sciences* (SPSS) 22.0 e AMOS 22.4.7

O modelo estrutural que será utilizado na pesquisa é retratado pela representação visual da figura 1. Através do modelo proposto busca-se comprovar as relações entre os construtos com o objetivo de investigar a influência das competências empreendedoras com relação ao desempenho.

Figura 1 - Modelo estrutural de pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor a partir Schimdt e Bohnenberger (2019).

A partir das informações levantadas, a análise estatística permitirá elaborar um modelo estatístico adequado para demonstrar as relações entre as variáveis. Objetivando a confirmação se há relações a variável observada (perfil empreendedor) e as variáveis latentes: Persistente, Líder, Assume riscos, Planejador, Inovador, Sociável e Detecta Oportunidades se essas relações são estatisticamente suportáveis.

- **3.1.5. Procedimentos para revisão da literatura**

Foi pesquisado em diversas bases de dados como *web of science*, *scopus* e google acadêmico, estudos sobre empreendedorismo que estavam ligados a *worker's health*, Programa de reabilitação profissional INSS, *labor market and disabled*. Foi utilizado o filtro de busca dos últimos 5 anos, com a finalidade de manter a revisão atual. A partir da literatura encontrada, foi feita uma análise de aderência entre os artigos objetivando identificar aqueles que se enquadram na temática que foi desenvolvida no referencial teórico e que foram utilizados como aporte teórico no desenvolvimento da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção do estudo serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa. Para organização da seção, ela foi subdividida em 8 partes:

1. A primeira parte descreve o programa de reabilitação do INSS, o seu público alvo e os cursos ofertados, alcançando o objetivo 1 da pesquisa;
2. A segunda parte, corresponde ao objetivo 2 da pesquisa. Ela avalia a regra de decisão atual para encaminhamento de capacitação;
3. A terceira parte refere-se ao perfil dos respondentes da pesquisa. Ela compreende o sexo, idade, o nível de escolaridade e a renda familiar;
4. A quarta parte corresponde à análise da estatística descritiva dos construtos;
5. O quinto item relaciona os resultados obtidos através do modelo de medição;
6. O sexto item, em concordância com o objetivo específico 3, propõe uma regra de direcionamento aos reabilitandos do INSS, no seu processo de capacitação, de acordo com o seu perfil empreendedor;
7. O sétimo item, correspondendo ao objetivo específico 4, descreve o instrumento desenvolvido no estudo para identificação dos reabilitandos com perfil empreendedor;
8. Identifica as dimensões empreendedoras que devem ser melhor trabalhadas nos segurados, por meio dos cursos profissionalizantes ofertados.

4.1. Caracterização Reabilitação Profissional INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) além de conceder o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) oferece um serviço primordial para reinserção desse segurado no mercado de trabalho, inclusive seus dependentes: o serviço de reabilitação profissional, instituído pela Lei nº 8213/1991 e artigo 136 do Decreto nº 3.048/1999 (BRASIL, 2023).

Para tanto, existe um esforço multidisciplinar, que envolve vários profissionais do INSS, são os chamados profissionais de referência. Esses profissionais com formação em Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, Serviço Social, dentre outras. Os profissionais de referência avaliam e conduzem o processo de reabilitação profissional, avaliando, informando, orientando e acompanhando os reabilitandos do programa.

O encaminhamento dos indivíduos para esse processo de reabilitação profissional pode ocorrer de três formas: por meio da perícia médica, por requerimento espontâneo ou, em alguns casos, pela Justiça Federal.

Quando esse indivíduo, através da perícia médica, é afastado por incapacidade temporária (por doença ou acidente) é analisado se há possibilidade de retorno às atividades profissionais habituais, no caso de impossibilidade, o segurado é encaminhado para a avaliação pericial e socioprofissional, realizada pelos profissionais de referência da reabilitação profissional. Após análise do segurado, respeitando a singularidade de cada caso, este poderá ser encaminhado para cursos profissionalizantes e treinamento, objetivando seu reingresso no mercado de trabalho em atividade compatível com sua capacidade laboral.

É importante salientar que o segurado continua recebendo o benefício durante todo o desenvolvimento do programa. Após concluído o processo, o segurado retorna ao mercado de trabalho em sua atividade de origem ou em outra atividade compatível com suas condições atuais. Caso o programa não tenha sucesso em reabilitar esse indivíduo, ocorre a aposentadoria por invalidez.

Após concluído todo o processo e o segurado esteja apto de fato ao reingresso ao mercado de trabalho em atividade compatível, este receberá um Certificado de Reabilitação Profissional que lhe confere o direito de preencher as vagas previstas na legislação.

4.2. Regra de encaminhamento atual dos segurados reabilitação profissional INSS

Como visto no referencial de literatura, atualmente o profissional é visto como sujeito ativo de seu tratamento. A Reabilitação profissional visando a valorização desse indivíduo, levando em consideração todas as suas individualidades que envolvem a sua família, sua história, cultura, vida cotidiana e qualidade de vida, busca ferramentas para que suas ações sejam interdisciplinares e que construam juntamente com o trabalhador atendido uma relação mais integral.

Como maneira de aproximar o PRP destes aspectos de interdisciplinaridade e integralidade, adaptou-se para a realidade do INSS um formato de planejamento denominado Projeto Singular de Reabilitação Profissional (BRASIL, 2022).

Segundo o guia de diretrizes da reabilitação profissional (2022), a avaliação do segurado adota a perspectiva biopsicossocial de que cada trabalhador vivencia de maneira singular o seu processo de incapacidade, funcionalidade e deficiência. Sendo assim, as soluções a serem buscadas se adequam a cada caso de maneira singular. Ainda de acordo com o guia, o preenchimento do PSRP (projeto singular da reabilitação profissional) é de responsabilidade do Profissional de Referência do caso. Esta profissional pode, caso julgue pertinente lançar mão para elaboração deste projeto dos elementos que considerar necessário, respeitando a singularidade estabelecida pelo caso.

O PSRP sugere uma linha de intervenção a ser seguida, sendo a primeira etapa a coleta dos dados socioprofissionais, pertinentes para a conclusão do potencial laborativo do segurado. A segunda são discussões de caso com a

Equipe de Reabilitação Profissional, em especial a discussão entre os profissionais de diferentes áreas. Por fim, a terceira etapa que são relativos aos elementos externos: Visitas ao local de trabalho, visitas domiciliares, relatórios das equipes responsáveis pelo tratamento do beneficiário, etc. O projeto sugere ainda algumas perguntas a serem respondidas na coleta de dados (etapa 1 sugerida). Essas perguntas estão relacionadas abaixo:

- Qual é a situação empregatícia do beneficiário?
- Qual é sua escolaridade?
- Precisar de melhoria da escolaridade para ingressar na nova atividade profissional?
- O beneficiário possui experiências prévias além da atividade laboral habitual?
- Quais são os interesses do beneficiário em relação a novas atividades laborais?
- Quais os setores produtivos que mais empregam e/ou demandam profissionais na região em que o beneficiário vive?
- O mesmo possui algum tipo de restrição em sua mobilidade (pessoal e no ambiente)?
- Quais são as restrições apontadas na descrição das limitações laborativas emitidas pela perícia médica?
- Qual o seu contexto familiar (identificar perfil empreendedor, situações de vulnerabilidades, existência de redes de apoio e relacionamentos, entre outras)?

As etapas descritas objetivam guiar a construção de um raciocínio de intervenção, que deve sempre analisar ainda o modo como cada reabilitando lida com a sua deficiência e quais ações são necessárias para o retorno desse trabalhador ao mercado de trabalho.

A figura 2 refere-se a representação visual do Projeto Singular da Reabilitação Profissional.

Figura 2 – Projeto Singular da Reabilitação Profissional



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2023.

As intervenções sugeridas pelo projeto singular servem como aporte para as decisões dos profissionais de referência, quanto ao encaminhamento dos segurados. Ficando sob a responsabilidade deste profissional, juntamente com o trabalhador, estabelecer a estratégia de reinserção do reabilitando no mercado. Dentro dessa estratégia se estabelece o curso profissionalizante e/ou treinamento que esse segurado irá participar.

4.3. Caracterização do perfil dos respondentes

O perfil dos 115 são descritos na tabela 01. A amostra apresentou um maior número de respondentes do gênero masculino, com 81 respostas, representando 70% da amostra. A amostra teve 33 respondentes do gênero feminino, 29% da amostra, e 1 respondente que optou por não informar o gênero. A amostra é formada apenas por 1 respondente com idade entre 18 e 24 anos, correspondendo a 0,09% do total da amostra. 15 respondentes (13%) estão entre

25 e 34 anos, 46 respondentes (40%) tem entre 35 e 44 anos, 37 sujeitos (32%) tem entre 45 e 54 anos e 16 sujeitos (13,9) estão acima dos 54 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, a amostra apresentou o ensino fundamental incompleto como a resposta de maior incidência, tendo 42 respondentes esse nível de escolaridade, representando 37,2% do total da amostra. O segundo nível de escolaridade com maior incidência foi o ensino médio completo, contendo 41 respostas e representando 36,3% da amostra estudada. 26 (23%) respondentes afirmaram ter concluído o ensino fundamental, 4 respondentes (3,5%) possuem ensino superior completo.

A variável “renda familiar” se concentrou principalmente na resposta “até 1 salário mínimo (até R\$1320,00)”, com um total de 71 respondentes, correspondendo a 61,70% da amostra. 35 respondentes (30,4%) afirmaram receber entre 1 e 3 salários mínimos (entre R\$1320,01 e R\$3960,00), 6 sujeitos da pesquisa (5,20%) afirmaram ter uma renda familiar acima de 3 e até 6 salários-mínimos (de R\$ 3.960,01 a R\$ 7.920,00), 2 sujeitos afirmaram ter renda familiar acima de 6 e até 9 salários-mínimos (de R\$ 7.920,01 a R\$ 11.880,00) e apenas 1 sujeito afirmou ter uma renda familiar maior que 9 salários-mínimos (mais de R\$ 11.880,00), correspondendo a um percentual de 0,9%.

Tabela 01 - Perfil respondentes

Variável	Resposta	Contagem	%
Gênero	Feminino	33	29%
	Masculino	81	70%
	Prefiro não informar	1	1%
Idade	De 18 a 24 anos	1	0,90%
	De 25 a 34 anos	15	13%
	De 35 a 44 anos	46	40%
	De 45 a 54 anos	37	32%
	Mais de 54 anos	16	13,9
Nível de escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	42	37,20%
	Ensino Fundamental Completo	26	23%
	Ensino Médio Completo	41	36,30%
	Ensino superior completo	4	3,50%
	Mestrado ou pós-graduação completa	0	0%

Renda Familiar	Até 1 salário-mínimo (até R\$ 1.320,00)	71	61,70%
	Acima de 1 e até 3 salários-mínimos (de R\$ 1.320,01 a R\$ 3.960,00)	35	30,40%
	Acima de 3 e até 6 salários-mínimos (de R\$ 3.960,01 a R\$ 7.920,00)	6	5,20%
	Acima de 6 e até 9 salários-mínimos (de R\$ 7.920,01 a R\$ 11.880,00)	2	1,70%
	Mais de 9 salários-mínimos (mais de R\$ 11.880,00)	1	0,90%
	Prefiro não responder	0	0,00%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023 com base nos dados da pesquisa (2023)).

Observa-se que a faixa etária com maior número de respondentes é a de 35 a 44 anos, contendo 40% da amostra. Isto é, grande parte dos respondentes estão em pleno período ativo de trabalho. Além disso, aproximadamente 86% dos respondentes encontram-se em idade economicamente ativa.

Com base nos dados levantados é possível identificar ainda que a amostra tem baixa escolaridade e baixo rendimento familiar o que pode dificultar a recolocação profissional.

4.4. Análise estatística descritiva dos construtos

O percentual de respondentes de cada variável dos 8 construtos (auto eficácia, assume riscos, planejador, detecta oportunidades, persistente, sociável, inovador, liderança) analisados nesse estudo, juntamente com a estatística descritiva, média e desvio padrão, de cada um deles, estão representados na tabela 02 abaixo.

Tabela 02 – Percentual de respondentes e estatística descritiva

Variáveis	% de respondentes						Estatística	
	#	1	2	3	4	5	6	Média
DO1	29,60 %	21,70%	13,90%	16,50%	11,30%	10,40%	2,80	1,40
DO2	20,90 %	20%	13,90%	20,90%	13,90%	10,40%	3,18	1,43
AE1	8,80%	15%	32,70%	16,80%	15,90%	10,60%	3,50	1,20
PE1	7%	11,30%	13,90%	13,90%	28,70%	25,20%	4,20	1,30
IN1	8,80%	11,50%	19,50%	15,90%	21,20%	23%	4,00	1,40

PL1	14,90 %	14,90%	16,70%	12,30%	22,80%	18,40%	3,70	1,50
LI1	33,30 %	18,40%	11,40%	8,80%	15,80%	12,30%	2,90	1,60
LI2	25,20 %	13,00%	6,10%	15,70%	17,40%	22,60%	3,50	1,70
LI3	4,30%	10,40%	17,40%	15,70%	24,30%	27,80%	4,30	1,30
PL2	5,20%	7,80%	7,80%	13,90%	25,20%	40,00%	4,70	1,20
AR1	20,00 %	9,60%	8,70%	13,90%	19,10%	28,70%	3,90	1,70
PL3	8,70%	9,60%	10,40%	12,20%	26,10%	33,00%	4,40	1,40
IN2	16,50 %	12,20%	6,10%	18,30%	14,80%	32,20%	4,00	1,60
IN3	14,80 %	12,20%	7,80%	13,00%	25,20%	27,00%	4,00	1,50
SO1	3,50%	7,00%	13,00%	9,60%	27,00%	40,00%	4,70	1,20
PL4	10,40 %	9,60%	13,00%	15,70%	27,00%	24,30%	4,10	1,40
AR2	41,70 %	17,40%	9,60%	13,00%	9,60%	8,70%	2,60	1,50
LI4	19,10 %	21,70%	13,90%	13,00%	18,30%	13,90%	3,30	1,50
AR3	40,40 %	15,80%	8,80%	14,00%	8,80%	12,30%	2,70	1,60
SO2	9,60%	14,90%	12,30%	13,20%	20,20%	29,80%	4,10	1,50
SO3	13,20 %	12,30%	9,60%	10,50%	18,40%	36,00%	4,20	1,60
SO4	27,80 %	19,10%	15,70%	10,40%	16,50%	10,40%	3,00	1,50

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base nos dados da pesquisa (2023).

Inicialmente o estudo analisou a média das variáveis de cada construto. As médias, segundo Larson e Farber (2004), é uma medida de tendência central, um valor que representa uma entrada típica ou central. Analisando a tabela 02, é possível identificar que o único construto onde todas as variáveis tiveram uma média igual a 4, foi o construto “inovador”, formado pelas variáveis “IN1” (sempre encontro soluções muito criativas para problemas profissionais com os quais me deparo), “IN2” (prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira) e “IN3” (gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível). As variáveis que tiveram as maiores médias (4,7) foram as variáveis “PL2” (No meu trabalho, sempre planejo muito bem tudo o que faço), “SO1” (Me relaciono muito facilmente com outras pessoas).

No construto “detecta oportunidades” a maior média foi de 3,2, na variável “DO2” (creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócio no mercado). No construto “Auto eficaz” a variável “AE1” (tenho controle sobre os

fatores críticos para minha plena realização profissional) teve a média de 3,5. O construto “persistente” a variável “PE1” (profissionalmente, me considero uma pessoa muito mais persistente que as demais) teve uma média de 4,2. No construto “liderança” a variável “LI3” (as pessoas respeitam a minha opinião) teve a maior média do construto (4,3). A variável “AR1” (sempre procuro estudar muito a respeito de cada situação profissional que envolva algum tipo de risco) teve a maior média do construto “assume riscos”. As menores médias foram das variáveis “AR2” (eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria), com a média de 2,60 e “AR3” (admito correr riscos em troca de possíveis benefícios) com a média de 2,70, do construto “assume riscos”.

A partir dessas médias, podemos observar que os respondentes, mesmo aqueles que pontuaram alto em muitas das características empreendedoras avaliadas no estudo, estão pouco propensos a assumirem riscos.

A última coluna da tabela 02 apresenta o desvio padrão das respostas de cada variável analisada. Essa estatística descritiva é utilizada para identificar o nível de dispersão dos dados de cada variável, isto é, ele demonstra o quanto cada conjunto de dados está uniforme. Ou seja, quanto maior for o resultado do desvio padrão de determinada variável, significa que os dados estão mais distantes da média e quanto mais perto o desvio padrão estiver do número zero, mais uniforme estarão os dados desta variável. Dessa forma, de acordo com os dados da pesquisa, podemos destacar as variáveis “AE1” (tenho controle sobre os fatores críticos para minha plena realização profissional), “PL2” (no meu trabalho, sempre planejo muito bem tudo o que faço) e “SO1” (me relaciono muito facilmente com outras pessoas) como as variáveis nas quais os respondentes apresentaram respostas mais uniformes, com desvio padrão de 1,2. Em contrapartida, as variáveis “LI2” (frequentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos de trabalho) e “AR1” (sempre procuro estudar muito a respeito de cada situação profissional que envolva algum tipo de risco) foram as que tiveram as respostas mais dispersas, com desvio padrão de 1,7.

4.5. Resultados do modelo de medição

Primeiramente, antes de proceder com a Modelagem por Equações Estruturais (MEE) do modelo proposto, os dados obtidos foram testados quanto a sua distribuição, a fim de verificar se estes seguiam a distribuição da curva normal. Por meio da aplicação dos testes de Kolmogorv-Sminorv e Shapiro-Wilker de normalidade, verificou-se que todas as variáveis apresentaram valores menores que 0,05 para o p-valor, indicando dessa forma que os dados não possuem distribuição normal. Por fim, ressalta-se que a MEE escolhida foi o *diagonal weighted least squares* (DWLS), que é considerado uma das técnicas mais adequadas para dados não normais em trabalhos com variáveis latentes (LI, 2016).

Para garantir a consistência interna do modelo ajustado, optou-se por calcular o alfa de Cronbach por meio do *software* SPSS. De acordo com Hair et al. (2009), a confiabilidade das escalas múltiplas é melhor medida pelo alfa de Cronbach. Ainda conforme Hair et al. (2009), o limite inferior para o alfa de Cronbach geralmente aceito é de 0,70 e valores entre 0,70 e 0,90 são considerados satisfatórios. Os resultados obtidos indicaram que o valor do alfa para a escala excedeu o valor de 0,91, ou seja, ficou provada a consistência interna do modelo ajustado.

Além disso, a Tabela 3 mostra o valor das cargas fatoriais de cada item dos construtos. Ressalta-se que as variáveis “PE1”, “AE1”, “PL4”; “SO2” e “SO3” foram retiradas do modelo final porque apresentaram carga fatorial baixa (<0,3).

Tabela 3 – Cargas fatoriais

Variáveis	Cargas fatoriais
DO1	0,746
DO2	0,819
IN1	0,727
IN2	0,688

IN3	0,728
SO1	0,638
SO4	0,595
AR1	0,739
AR2	0,623
AR3	0,612
PL1	0,651
PL2	0,713
PL3	0,784
LI1	0,749
LI2	0,842
LI3	0,561
LI4	0,649

Fonte: Dados da pesquisa.

Após o procedimento acima, foram realizados os testes para o ajuste do modelo estrutural.

4.5.1 Resultados do modelo estrutural e discussões

O primeiro passo na estimativa do modelo estrutural envolve examinar os resultados de ajuste do modelo hipotético. Alguns índices de ajuste comuns relatados na modelagem por equações estruturais são projetados para identificar a qualidade de ajuste do modelo (Hair *et al.*, 2009). Os critérios comuns para MEE foram previamente sugeridos e uma comparação entre os resultados obtidos nesta pesquisa e os valores recomendados pela literatura (Hair *et al.*, 2009) são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultados do modelo de ajuste

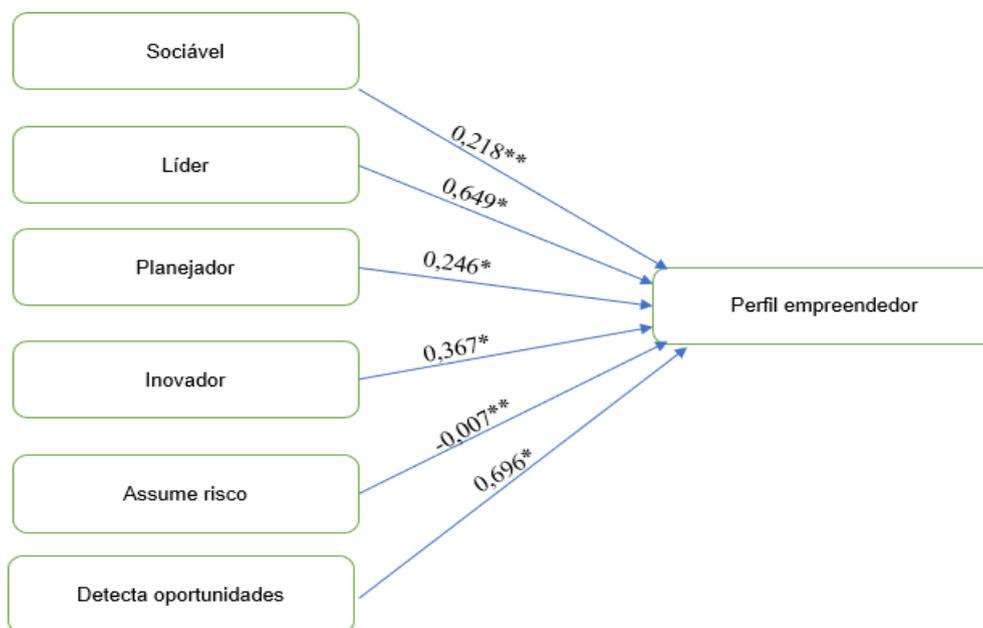
Índice de ajuste	Critério recomendado	Resultados neste estudo
TLI (<i>Tucker Lewis Index</i>)	> 0,9	0,990

GFI (<i>Goodness of fit Index</i>)	> 0,9	0,927
NFI (<i>Bentler-Bonett Non-normed Fit Index</i>)	> 0,9	0,946
CFI (<i>Comparative Fit Index</i>)	> 0,9	0,992
RFI (<i>Bollen's Relative Fit Index</i>)	>0,9	0,930
IFI (<i>Bollen's Incremental Fit Index</i>)	>0,9	0,992
RNI (<i>Relative Noncentrality Index</i>)	>0,9	0,992
RMSEA (Raiz do erro quadrático médio de aproximação)	< 0,06	0,03
Chi-square	-	120,18
<i>Degrees of Freedom (DF)</i>	-	104
<i>Chi-square/DF</i>	<3	1,16
<i>P-value</i>	>0,05	0,13

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com relação ao valor do Chi-square, não há consenso na literatura sobre um ponto de corte. Porém, ressalta-se que a razão entre o *Chi-square* e *Degrees of freedom* (Chi-square/DF) deve ser menor que 3 (Hair *et al.*, 2009). No caso do presente modelo testado, a razão entre o *Chi-square* e os graus de liberdade foi considerada ideal, pois obteve-se um valor de 1,16. Além disso, o modelo estrutural mostrou ser estatisticamente significativo, pois o *P value* é maior que 0,05, ou seja, a hipótese nula de que o modelo estrutural não é significativo foi rejeitada (Hair *et al.*, 2009).

Figura 3 – Coeficiente de caminhos do modelo estrutural final



Nota: *significante ($p < 0,05$);

** = Não significante

Fonte: Elaborado pelos autores (2023) com base nos dados da pesquisa (2023).

Com base na análise dos resultados obtidos por meio do modelo de coeficiente de caminhos (Figura 3), podemos inferir que assumir riscos e ser sociável não são características estatisticamente significativas que influenciam o perfil empreendedor da amostra. No entanto, as características de líder, planejador, inovador e identificador de oportunidades influenciam de maneira estatisticamente significativa o perfil empreendedor da amostra.

A tabela 5 faz uma síntese dos resultados obtidos através da Modelagem de Equações Estruturais.

Tabela 5 - Síntese dos Resultados da MEE

Relações	Direção das relações	Variância	<i>P value</i>	Resultado
----------	----------------------	-----------	----------------	-----------

Sociável à Perfil empreendedor	+	0,218	0,241	Relação rejeitada
Líder à Perfil empreendedor	+	0,649	<0,05	Relação confirmada
Planejador à Perfil empreendedor	+	0,246	<0,05	Relação confirmada
Inovador à Perfil empreendedor	+	0,367	<0,05	Relação confirmada
Assume risco à Perfil empreendedor	-	-0,0007	0,97	Relação rejeitada
Detecta oportunidades à Perfil empreendedor	+	0,696	<0,05	Relação confirmada

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base nos dados da pesquisa (2023).

Os resultados demonstrados na tabela acima apresentam as relações entre as variáveis previamente estabelecidas no modelo teórico. Com base nos resultados, pode-se inferir que apenas a variável “assume risco “ influencia de forma negativa o perfil empreendedor. Porém, ressalta-se que tal relação obteve um p-value de 0,97, ou seja, não é estatisticamente significativa.

Ainda com base nos resultados da tabela, as variáveis líder, planejador, inovador e detecta oportunidades influenciam de forma positiva o perfil empreendedor. Além disso, essas relações são estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Por fim, foi constatado que ser sociável não influencia de forma

estatisticamente significativa o perfil empreendedor, pois a relação obteve um p value de 0,241.

4.6. Proposta de regra de direcionamento aos reabilitandos da reabilitação profissional do INSS

Inicialmente foi pensado na estruturação de um instrumento onde, através dele, se pudesse identificar entre os segurados aqueles com perfil empreendedor para encaminhamento para cursos de gestão e empreendedorismo.

Dessa forma, o estudo sugere a aplicação de um formulário de avaliação, instrumento de medição das dimensões empreendedoras, juntamente com as análises propostas pelo Projeto Singular da Reabilitação Profissional. A figura 4 e 5 representam o modelo de formulário utilizado atualmente pelos profissionais de referência, sugerido pelo projeto singular.

Figura 4 - Folha 1 do formulário Projeto Singular da Reabilitação Profissional.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO XII
FORMULÁRIO DE PROJETO SINGULAR DE REABILITAÇÃO
PROFISSIONAL – FPSRP

DADOS DO BENEFICIÁRIO		
Nome:		
CPF:	Telefone (s):	
Endereço:		

() FPSRP - Novo

() FPSRP - Reestruturação de Projeto anterior

I - PRINCIPAIS BARREIRAS PARA A REINserÇÃO NO TRABALHO

II - PRINCIPAIS FACILITADORES PARA A REINserÇÃO NO TRABALHO

Fonte: BRASIL, 2023.

Figura 5 - Folha 2 do formulário Projeto Singular da Reabilitação Profissional.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

III - PROJETO SINGULAR DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

IV - PRINCIPAIS RECURSOS A SEREM UTILIZADOS NO PRP

- Tentativa de readaptação na empresa de vínculo
- Melhoria de Escolaridade
- Cursos Profissionalizantes
- Treinamentos Profissionalizantes
- OPM
- Homologação de Readaptação

V - OBSERVAÇÕES

Data: ____ / ____ / ____

Profissional de Referência

Sugere-se assim, ser adicionado ao formulário já utilizado, o instrumento de pesquisa desenvolvido neste estudo para a medição do perfil empreendedor, possibilitando que os profissionais de referência sejam ainda mais assertivos e tenham mais segurança quanto aos encaminhamentos dos segurados aos cursos de gestão.

O processo decisório sugerido neste estudo para definição dos cursos profissionalizantes e de gestão é demonstrado pelo fluxograma abaixo.

Figura 6 - Processo decisório para encaminhamento dos cursos pelos profissionais de referência da reabilitação profissional.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como demonstrado na figura 06, aqueles segurados que obtiverem um escore acima da média (3,5) no formulário de análise das dimensões empreendedoras, poderão ser encaminhados para os cursos de gestão e empreendedorismo, além dos cursos profissionalizantes, uma vez que, segundo a revisão de literatura, eles têm maiores chances de sucesso em empreender, devido suas características.

O formulário, que será detalhado na seção seguinte deste estudo, permite ainda a visão das características empreendedoras mais fracas e as mais latentes em cada segurado, permitindo assim, focalizar os cursos nas características que o reabilitando tem mais necessidade de desenvolver.

4.7. Instrumento de identificação dos reabilitandos com perfil empreendedor (PTT).

Através dos testes estatísticos realizados, foi possível elaborar um instrumento de medição onde as variáveis latentes, estatisticamente suportadas, se relacionam de fato com a variável “perfil empreendedor”.

Após excluir as dimensões que não foram estatisticamente possíveis comprovar a relação entre as variáveis e o perfil empreendedor, o instrumento de medição estabelecido é representado pelo quadro 4.

Quadro 4 – Instrumento de medição do perfil empreendedor

Construto	Questões	Fatores					
		1	2	3	4	5	6
DO1	Frequentemente detecto oportunidades promissoras de negócio no mercado.						
DO2	Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócio no mercado						
AE1	Tenho controle sobre os fatores críticos para minha plena realização profissional.						
IN1	Sempre encontro soluções muito criativas para problemas profissionais com os quais me deparo.						
PL1	Tenho um bom plano da minha vida profissional.						
LI1	Frequentemente sou escolhido como líder em projetos ou atividades profissionais.						
LI2	Frequentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos de trabalho.						
LI3	As pessoas respeitam a minha opinião.						
PL2	No meu trabalho, sempre planejo muito bem tudo o que faço.						

PL3	Tenho os assuntos referentes ao trabalho sempre muito bem planejados.						
IN2	Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira.						
IN3	Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível.						
PL4	Me incomoda muito ser pego de surpresa por fatos que eu poderia ter previsto.						
AR2	Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria.						
LI4	No trabalho, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto.						

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base nos dados da pesquisa (2023).

Como foi descrito na seção 4.6 desta pesquisa, sugere-se o uso desse instrumento no formato de formulário, como complemento ao formulário já utilizado no projeto singular da reabilitação. Seguindo os moldes deste formulário que já está em uso, o formulário de análise do perfil empreendedor a ser anexado a ele é representado pela figura 7.

Figura 7 - Formulário de Medição do Perfil Empreendedor dos Segurados da Reabilitação Profissional do INSS.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FORMULÁRIO DE MEDIÇÃO DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS SEGURADOS DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Construto	Questões	Pontuação
		(0 a 6)
DO1	Frequentemente detecto oportunidades promissoras de negócio no mercado.	
DO2	Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócio no mercado	
AE1	Tenho controle sobre os fatores críticos para minha plena realização profissional.	
IN1	Sempre encontro soluções muito criativas para problemas profissionais com os quais me deparo.	
PL1	Tenho um bom plano da minha vida profissional.	
LI1	Frequentemente sou escolhido como líder em projetos ou atividades profissionais.	
LI2	Frequentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos de trabalho.	
LI3	As pessoas respeitam a minha opinião.	
PL2	No meu trabalho, sempre planejo muito bem tudo o que faço.	
PL3	Tenho os assuntos referentes ao trabalho sempre muito bem planejados.	
IN2	Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira.	
IN3	Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível.	
PL4	Me incomoda muito ser pego de surpresa por fatos que eu poderia ter previsto.	
AR2	Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria.	
LI4	No trabalho, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto.	

Escore (média dos construtos) = _____

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os dados coletados através deste formulário deverão ser tratados de forma confidencial e utilizados apenas para aporte das decisões internas.

A aplicação do instrumento apresentado na Figura 7 além de auxiliar os profissionais de referência no processo decisório, poderá também trazer benefícios para a organização, para os segurados e para a sociedade como um todo, uma vez que poderá preparar ainda mais estes profissionais para o mercado de trabalho e fomentar o empreendedorismo no Estado.

4.8. Dimensões empreendedoras que devem ser melhor trabalhadas nos segurados, por meio dos cursos profissionalizantes ofertados.

Tendo o modelo de medição descartado as dimensões “assume riscos” e “sociáveis” como estatisticamente significante para o perfil empreendedor da amostra e dimensão “persistente” por ter carga fatorial baixa, foram avaliadas apenas as dimensões aceitas pelo modelo. Dessa forma, temos:

Quadro 5 – Média dimensões aceitas pelo modelo de medição

Dimensão	Variável	Questões	Média	Média dimensão
Detecta Oportunidades	DO1	Frequentemente detecto oportunidades promissoras de negócio no mercado.	2,8	3
	DO2	Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócio no mercado	3,2	
Auto Eficaz	AE1	Tenho controle sobre os fatores críticos para minha plena realização profissional.	3,5	3,5
Líder	LI1	Frequentemente sou escolhido como líder em projetos ou atividades profissionais.	2,9	3,5
	LI2	Frequentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos de trabalho.	3,5	
	LI3	As pessoas respeitam a minha opinião.	4,3	
	LI4	No trabalho, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto.	3,3	
Planejador	PL1	Tenho um bom plano da minha vida profissional.	3,7	4,225
	PL2	No meu trabalho, sempre planejo muito bem tudo o que faço.	4,7	

	PL3	Tenho os assuntos referentes ao trabalho sempre muito bem planejados.	4,4	
	PL4	Me incomoda muito ser pego de surpresa por fatos que eu poderia ter previsto.	4,1	
Inovador	IN1	Sempre encontro soluções muito criativas para problemas profissionais com os quais me deparo.	4	4
	IN2	Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira.	4	
	IN3	Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível.	4	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base nos dados da pesquisa (2023).

Tendo o instrumento de pesquisa utilizado a escala likert de 6 pontos, a média e a mediana do conjunto de dados corresponde a 3,5. Dentre as dimensões avaliadas, apenas a dimensão “detecta oportunidades” teve o resultado das respostas da amostra abaixo da média.

Segundo a revisão de literatura realizada, esse construto (detecta oportunidades) refere-se a é a habilidade de capturar, reconhecer e fazer uso efetivo de informações abstratas, implícitas e em constante mudança (Markman & Baron, 2003, p. 289). De acordo com Degen (1989), a capacidade de identificar essas oportunidades de negócio no mercado, é essencial para quem deseja ser empreendedor.

Sendo “detecta oportunidades” a dimensão com média mais baixa entre os construtos, e o único com resultado abaixo da média, esse dado sugere uma maior necessidade de trabalhar dentro dos cursos voltados para gestão e empreendedorismo essa dimensão.

As dimensões “auto eficaz” e “líder” tiveram resultados exatamente iguais a média (3,5). O construto “auto eficaz” refere-se a estimativa cognitiva que uma pessoa tem das suas capacidades de mobilizar a motivação, recursos cognitivos e cursos de ação necessários para exercitar controle sobre eventos na sua vida (Chen, Greene, & Crick, 1998, p. 296). A dimensão “líder”, por sua vez, conforme Behnke (2014), representa a habilidade de influenciar os outros indivíduos devido seu poder e

capacidade, através do diálogo, dos exemplos e das atitudes, resultando no alcance dos objetivos pré-determinados e estruturando a equipe segundo os seus conceitos.

A dimensão com média mais alta foi a dimensão “planejador”, com média estabelecida de 4,2.

É importante salientar a importância de serem trabalhadas todas as dimensões empreendedoras nos cursos voltados ao empreendedorismo e gestão ofertados pelo INSS. A análise constata, porém, aquelas dimensões nas quais os reabilitandos precisam de um maior esforço, direcionando as que devem ser focalizadas, não se esquecendo das demais, uma vez que todas as dimensões descritas nesse tópico se revelaram significantes para o perfil empreendedor da amostra, com base no modelo de medição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo identificar o perfil empreendedor dos reabilitandos do INSS e verificar a possibilidade de capacitação empreendedora desses reabilitandos. Para alcance desse objetivo, foi realizada uma revisão de literatura sobre as características empreendedoras e a reabilitação profissional do INSS. A partir das características empreendedoras encontradas na literatura, foi estabelecido o instrumento de pesquisa para levantamento dos dados da amostra. Após essa coleta, foi realizada uma análise estatística através da modelagem por equações estruturais.

Os resultados do modelo estrutural indicam que as dimensões Auto-eficaz (AE), Planejador (PL), Detecta oportunidades (DO), Inovador (IN) e Líder (LI) possuem relação positiva e significativa com o perfil empreendedor.

O primeiro objetivo específico deste estudo buscou descrever o programa de reabilitação do INSS e o caminho percorrido pelos segurados dentro do processo de reabilitação profissional. Este objetivo foi alcançado através do tópico 4.1. dos resultados e discussões. Neste tópico é descrita a função e o objetivo do INSS, que consiste em conceder o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e oferece o serviço de reabilitação profissional para reinserção desse segurado no mercado de trabalho. Descreve também a equipe multidisciplinar, composta pelos profissionais de referências. Por fim, este tópico descreve o caminho percorrido pelo segurado desde sua ingresso no Programa de Reabilitação Profissional que acontece por meio da perícia médica, por requerimento espontâneo ou pela Justiça Federal, até o fim do processo, onde, se houver sucesso na reabilitação, os profissionais saem aptos para reingresso ao mercado de trabalho e receberão o Certificado de Reabilitação Profissional que lhe confere o direito de preencher as vagas previstas na legislação. No caso de insucesso, acontece a aposentadoria por invalidez.

Atendendo ao objetivo específico 2 (avaliar a regra de decisão atual para encaminhamento de capacitação) o estudo identifica que não há regra de decisão estabelecida, ficando a critério dos profissionais de referência, junto ao trabalhador, estabelecer a estratégia de reinserção do reabilitando no mercado.

Em contrapartida, a Reabilitação Profissional dispõe do PSRP (Projeto Singular da Reabilitação Profissional) que sugere uma linha de intervenção a ser seguida.

Sendo o objetivo específico 3 propor regra de direcionamento ao reabilitando do INSS, no seu processo de capacitação, de acordo com o seu perfil empreendedor, o estudo sugeriu a aplicação de um formulário de avaliação, instrumento de medição das dimensões empreendedoras relacionadas aos segurados, juntamente com as análises propostas pelo Projeto Singular da Reabilitação Profissional. Para isso, foi desenvolvido um formulário com pontuações em escala likert de seis pontos. Os segurados que obtiverem escore acima da média, seriam então direcionados para os cursos de gestão e empreendedorismo, além dos cursos profissionalizantes, uma vez que, segundo a revisão de literatura, eles têm maiores chances de sucesso ao empreender, dado suas características.

O quarto objetivo específico deste estudo foi criar um instrumento que identificasse os reabilitandos com perfil empreendedor para direcionamento aos cursos voltados ao empreendedorismo e gestão empresarial. Através dos testes estatísticos realizados, detalhados na metodologia deste estudo, foi possível elaborar um instrumento de medição onde as variáveis latentes, estatisticamente suportadas, se relacionam de fato com a variável “perfil empreendedor”.

Por fim, o quinto objetivo específico do estudo foi identificar as dimensões empreendedoras que devem ser melhor trabalhadas nos segurados, por meio dos cursos profissionalizantes ofertados. A dimensão “Detecta Oportunidades” foi a dimensão que obteve a menor pontuação, sendo a única a ficar abaixo da média. Sendo assim, fica evidenciada uma maior necessidade de trabalhar dentro dos cursos voltados para gestão e empreendedorismo essa dimensão.

Com base nas respostas da amostra, podemos observar que o perfil empreendedor identificado entre os trabalhadores do programa de reabilitação profissional são indivíduos com baixa escolaridade, que têm majoritariamente renda familiar de até 1 salário mínimo, são sociáveis, persistentes, costumam planejar muito bem suas atividades e seu trabalho, gostam e procuram inovar sempre que possível. No momento de empreender, a maior dificuldade para esse indivíduo é detectar oportunidades e assumir os riscos necessários.

Com os resultados da pesquisa, houveram algumas contribuições acadêmicas alcançadas. Entre elas, houve o entendimento das relações entre as dimensões empreendedoras encontradas na literatura com o perfil empreendedor dos profissionais que passaram pelo processo de reabilitação profissional. Houveram também contribuições práticas, uma vez que foi desenvolvido e testado um instrumento de análise do perfil empreendedor do reabilitandos da previdência social do INSS. Além disso, foi possível identificar quais dimensões empreendedoras são mais latentes entre os segurados e aquelas que precisam ser desenvolvidas. Por fim, do ponto de vista gerencial, a ferramenta desenvolvida servirá de aporte para as decisões dos profissionais de referência, quanto aos encaminhamentos dos cursos.

Como limitação da pesquisa houve o tempo decorrido para aprovação da aplicação do instrumento de pesquisa in loco. Para trabalhos futuros, sugere-se a aplicação do questionário em mais de uma gerência executiva, possibilitando uma visão mais ampla dos segurados, não limitando-se a Maceió e, desta forma, aumentando também o tamanho da amostra estudada.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

AGUIAR, L.; VASCONCELLOS, L. Sistema Único de Saúde e a Saúde do Trabalhador: o direito que se tem e o direito que se perde. *Saúde em Debate* [online]. 2015, v. 39, n. 106, 2015.

AKIMURA, K. A.; COSTA, F. R. O programa de reabilitação profissional no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista NUPEM*, 2020.

ALYRIO, R. D. Métodos e técnicas de pesquisa em administração. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

AMORIM, H.; MODA, F.; MEVIS, C. EMPREENDEDORISMO: uma forma de americanismo contemporâneo?. *Caderno CRH*, [S. l.], v. 34, p. e021018, 2021.

Arbex, J. Revisão de critérios na admissão de pessoas com restrições médicas no Brasil. *Revista Brasileira Medicina do Trabalho*, 2016.

ARRUDA, C. R. de M. S. A necessidade de proteção das minorias decorrente da desigualdade social no Brasil. *Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 56–70, 2021.

BARON, Robert A. Psychological perspectives on entrepreneurship: Cognitive and social factors in entrepreneurs' success. *Current directions in psychological science*, v. 9, n. 1, p. 15-18, 2000.

BECKER, K. L. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. Estudos econômicos, 2019.

BEHNKE, M. T. Gestão de Pessoas: Artigos reunidos. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BORGES, G.; MOREIRA, F. K. Competências empreendedoras: as características requeridas do profissional moderno. E-tech, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Decreto Nº99.350, de 27 de junho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99350.htm

BRASIL. (1991). Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, seção 1, p. 14809.

BRASIL. Guia e Diretrizes do Serviço de Reabilitação Profissional. Instituto Nacional de Seguridade Social; 2022.

BRASIL. Reabilitação profissional do INSS: técnica e competência aliadas à

Capacidade de superação do trabalhador, 2023. Disponível em: <

<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/conheca-a-reabilitacao-profissional-do-inss-tecnica-e-competencia-aliadas-a-capacidade-de-superacao-do-trabalhador>>

BREGALDA, M. M.; LOPES, R. i E. A reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional. Saúde e Sociedade, v. 25, n. 2, 2016.

CAMARA, E. AMORIM, R.; PEIXOTO, M. S. S.; PERESA, F. Desafios e oportunidades para a formação em Saúde do Trabalhador na Atenção Básica à

Saúde: subsídios para estratégias de intervenção. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2019.

CAMPOS, L. O. R.; BARBOSA, T. C. B. As principais mudanças da reforma trabalhista relacionadas ao índice de desemprego no Brasil, 2021. Disponível em: < <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/1204>>

DE PÁDUA, E. M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Papirus Editora, 2019.

DESIDÉRIO, V.; MARROCOS FRUTUOSO, H. Relato de experiência sobre a formação do jovem empreendedor durante a pandemia COVID-19. Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 695 - 706, 2022.

DORNELAS, J. Empreendedorismo transformando ideias em negócios - 8a. edição. Empreende Editora, 2021.

DRUCKER, P. F. Inovacao e espirito empreendedor (entrepreneurship). Pioneira, 1986.

DUARTE, D. A.; LUZ, M. L. S.; LIBONI, M. T. L.; SOLDERA, L. M. Precarização e saúde do trabalhador: Um olhar a partir do trabalho decente e os paradoxos na reabilitação profissional. Psicologia em estudo, 2020.

ÉSTHER, A. B.. A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica. Cadernos EBAPE.BR, v. 17, n. Cad. EBAPE.BR, 2019 17(spe), nov. 2019.

FARAH, O. E.; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P.. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. Cengage Learning, 2020.

FEIJÓ, C. A.; TORRES, R. A. T.; PUSTIGLIONE, M. Retorno ao trabalho. Saúde, Ética e Justiça. 2019

FORNELL, C.; LARCKER, D. F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of marketing research*, v. 18, n. 1, p. 39-50, 1981.

GAMARRA, T. P. N. Educação libertadora, habitus e saúde do trabalhador: uma articulação fundamental. *Revista espaço acadêmico*, 2006.

GARCIA, A. S.; ANDRADE, D. M. O campo de pesquisas do empreendedorismo: transformações, padrões e tendências na literatura científica (1990-2019). *Revista Brasileira de Inovação*. 2022.

ONOZATO, E.; JÚNIOR, P. A. B.; GRECO, S. M. S. S.; SOUZA, V. L. Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil. IBPQ, 2020. Disponível em <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>>

GODIM, M. D.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas. *Pensar Contábil*, 2017.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* v. 23, n. 6, 2018.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. 6ª ed., Porto Alegre, Bookman editora, 2009.

HERRMAN, Juliana Ribeiro; BUGS, João Carlos. Fatores que influenciam a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas do vale do paranhana/rs constituídas entre 2017 e 2018. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, n. 12, p. 176-201, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101969.pdf>>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pessoas com deficiências e as desigualdades sociais no Brasil. (2019)

KULAITIS, F.; SILVA, K. C. As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS. Trabalho, Educação e Saúde, V.20, 2022.

LIMA, G. B.; SOUZA, M. B. C. A.; RODRIGUES, D. S. Caminhos do trabalhador na busca por cuidado à saúde e à rede de apoio e suporte: um estudo de caso. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO. 2020.

LIMA, L. G.; NASSIF, V. M. J.; GARÇON, M. M. O Poder do Capital Psicológico: A Força das Crenças no Comportamento Empreendedor. Revista de Administração Contemporânea. V. 24, n. 4, 2020.

LOCATELI, D. R. S.; SILVEIRA, M. A. P.; Barbacovi, N. E. Características comportamentais empreendedoras e sua importância na atuação profissional. Revista Pretexto, 2017.

MCCLELLAND, David C. N achievement and entrepreneurship: A longitudinal study. Journal of personality and Social Psychology, v. 1, n. 4, p. 389, 1965.

MIRANDA, C. B. Aspectos do cenário atual da reabilitação profissional no Brasil: avanços e retrocessos. Cadernos de Saúde Pública. V. 34, n. 8, 2018.

MORAIS, M. C. A.; MAGNUS, L. E.; RESENDE, T. C.; VALADARES, J. L. Empreendedorismo no setor público. Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis, v. 6, n. 1, p. 122-139, 2021.

PEREIRA, M. H. N.; FIGUEIREDO, E. M.; CARVALHO, G. S.; JÚNIOR, J. A. L.; QUEIROZ, J. V. O avanço do mercado informal e o empreendedorismo individual: uma análise mercadológica no camelódromo do bairro alecrim em Natal/RN. Revista Gestão e Conhecimento, v. 7, n1, 2013.

PEREZ, K. V., BOTTEGA, C. G.; MERLO, Á. R. C. Análise das políticas de saúde do trabalhador e saúde mental: uma proposta de articulação. *Saúde em Debate*, v. 41, 2017.

PINHEIRO, J. F. D.; NETO, M. N. F. Fatores que contribuem para mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil / Factors contributing to mortality of micro and small enterprises in Brazil. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 11107–11122, 2019.

POERSCH, A. L.; MERLO, Á. R. C. Reabilitação Profissional e retorno ao trabalho: uma aposta de intervenção. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, 2017.

Prodanov, C. C., FREITAS E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, G. J. C.; ALBUQUERQUE, W.F.; RIBEIRO, H. G. R. A.; SOUZA, J. A. N. Empreendedorismo, crescimento econômico e desemprego: Um estudo empírico no Estado do Rio Grande do Norte. *Revista de Administração Unimep (RAU)*, 2020.

RAMOS, M. A.; KRAKAUER, P. V. de C. Promotion of Entrepreneurship for People with Disabilities in the State of São Paulo. *Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business*, São Paulo, SP, v. 7, n. 1, p. 195–225, 2018.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Saúde do trabalhador: um (não) olhar sobre o servidor público. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 58, n. 2, p. p. 213-226, 2014.

SANTOS, F.P.; MACEDO, G. T.; OLIVEIRA, M. R. Empregabilidade das pessoas com deficiência: Avanços e perspectivas. *Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais*, Vol.6 (1), p.1, 2020

SANTOS, G. S. H.; LOPES, R. E. O programa de reabilitação profissional do INSS e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. V. 29, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – O MEI tá dominando: Brasil ultrapassa a marca de 14 milhões de MEIs. Site Disponível em:

<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-mei-ta-dominando-brasil-ultrapassa-a-marca-de-14-milhoes-de-meis.60c5d5b30e875810VgnVCM100000d701210aRCRD>> .

SCHMIDT, S.; BOHNENBERGER, M. C. Perfil empreendedor e desempenho organizacional. Revista de Administração Contemporânea. V. 13, n. 3, 2009.

SCHUMPETER, J.A. 1942. Capitalism, Socialism and Democracy, 3rd edition, London: George Allen and Unwin, 1976

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, H. P.; GARCIA, E. A. R.; CABRAL, A. C. A. Competências empreendedoras na Pandemia da Covid-19: Um estudo com PMES do varejo de moda. REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco V. 8 N°1, 2022.

SILVA, A. F. da .; ALVES , C. G. R. .; PINTO, E. R. .; MEDEIROS, M. de J. S. . COVID 19 X EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO. REVISTA FOCO, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e616, 2022. DOI: 10.54751/revistafoco.v15n7-009.

SIMONELI, A. P.; CAMAROTTO, J. A. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão & Produção*. V. 18, n. 1, 2011.

SILVA, A. R.; SIME, M. M. Barreiras e facilitadores do retorno ao trabalho após traumas ortopédicos agudos em membros superiores: uma revisão integrativa da literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. V. 27, n. 2, 2019.

SILVA, F. F. V. Atenção integral em Saúde do Trabalhador: limitações, avanços e desafios. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. V. 46, 2021.

SOUZA, A. D. S., QUEIRÓZ, M. F. F. Percepção dos trabalhadores inseridos na reabilitação profissional do Instituto Nacional do Seguro Social: a organização do trabalho adocece?. *Saúde em Debate*. V. 42, n. 116, 2018.

SOUZA, R. B. B.; SILVA FILHO, A. J.. Inovação tecnológica e empreendedorismo: representação no contexto brasileiro entre os anos 2011 a 2019. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v.12, n.1, p.1-8, 2021.

SPIELMANN, C. K.; BOVO, M. C. Nas interfaces da saúde do trabalhador: reflexões acerca do programa de reabilitação profissional do INSS, Brasil. *A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.]*, v. 22, n. 1, p. 279–305, 2021.

TEIXEIRA, T. S.; ANDRADE, D. M.; ALCÂNTARA, V.C. OLIVEIRA, N. K. Inovação e empreendedorismo: um caso no setor público. *Revista Pretexto*, p. 57-71, 2019.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CORRÊA, Victor Silva; REIS, Renato Francisco dos. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, p. 311-327, 2014.

VARGAS, A. C.; SANTOS, A. C. T.; SOUZA, R. M.; MONTEIRO, C. A. S. Percepção dos usuários a respeito de um serviço de reabilitação profissional. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. V. 42, 2017.

VIANNA, L. C. R.; FERREIRA, A. P.; VASCONCELLOS, L. C. F.; BONFATTI, R. J.; OLIVEIRA, M. H. B. Vigilância Em Saúde Do Trabalhador: Um Estudo à Luz Da Portaria N° 3.120/98. Saúde Em Debate 41.114, 2017.